

caderno
do aluno

Gestão de Finanças Pessoais

crédito e endividamento



cidadania
financeira

caderno
do aluno

Gestão de Finanças Pessoais

crédito e endividamento

Nome

Local de realização do curso

Data de realização do curso



cidadania
financeira

Gestão de Finanças Pessoais – Crédito e Endividamento Caderno do Aluno

Banco Central do Brasil

Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania

Luiz Edson Feltrim

Chefe do Departamento de Educação Financeira

Elvira Cruvinel Ferreira

Chefe-Adjunta do Departamento de Educação Financeira

Marusa Vasconcelos Freire

Chefe da Divisão de Educação Financeira

Silvio Carlos Arduini

Coordenador de Assuntos Setoriais

Marcelo Junqueira Angulo

Equipe técnica:

Elaboração do texto base

Rodrigo Octavio Beton Matta

Marcos Aguerri Pimenta de Souza

Revisão técnica e conceitual

Sabrina Sorgi Parada – Módulo Nossa Relação com o Dinheiro

Edilson Rodrigues de Sousa – Módulo Orçamento Pessoal e Familiar

Paula Ono Martins – Módulo Crédito e Endividamento

Maria de Fátima Cavalcante Tosini – Módulo Consumo

Jean Márcio de Melo - Módulo Investimentos, Seguros e Aposentadoria

Revisão gerencial e complementação do texto

João Evangelista de Sousa Filho

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP

Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

– SESCOOP

Márcio Lopes de Freitas

Superintendente do SESCOOP

Renato Nobile

Gerente-Geral do SESCOOP

Karla Tadeu Duarte de Oliveira

Gerência de Desenvolvimento Social

Maria Eugênia Ruiz Borba

Equipe técnica:

Divani Ferreira de Souza Matos – Módulo Cooperativismo – SESCOOP Nacional

Emerson Barcik – Módulo Cooperativismo – SESCOOP PR

Humberto César Bridi – Módulo Cooperativismo – SESCOOP PR

Ilana Maria de Oliveira Maciel – Módulo Cooperativismo – SESCOOP CE

Sheila Malta Santos – Módulo Cooperativismo – SESCOOP Nacional

Ficha catalográfica elaborada por:

Banco Central do Brasil – Departamento de Educação Financeira e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Gerência de Desenvolvimento Social
Gestão de Finanças Pessoais – Consumo – Brasília: BCB,
2015 –

ISBN 978-85-92566-07-4

1. Educação financeira 2. Finanças Pessoais 3. Consumo. 4. Dívida. 5. Dinheiro 6. Bem Estar Financeiro 7. Endividamento

CDU XXX.YY(I)

Departamento de Educação Financeira

Banco Central do Brasil

SBS, Quadra 3, Bloco B, Edifício-Sede, 1SS Mezanino Leste

Caixa Postal: 8.670

CEP: 70074-900, Brasília - DF

Tel.: (61) 3414-4020

E-mail: educacaofinanceira@bcb.gov.br

cidadaniafinanceira.bcb.gov.br

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP

SAS, Quadra 04, Bloco “I”

Caixa Postal: S/N

CEP: 70070-936, Brasília - DF

Tel.: (61) 3217-2100 / Fax: (61) 3217-2121

E-mail: gedes@sescop.coop.br

www.brasilcooperativo.coop.br

apresentação

No cenário internacional e também no Brasil, há consenso de que a educação financeira é um processo que propicia ao cidadão melhores condições para efetuar suas escolhas financeiras, de forma responsável, trazendo benefícios para seu bem-estar pessoal e o de sua família. Há, também, uma visão consensual quanto a sua contribuição para a eficiência do sistema financeiro, na medida em que possibilita à população inclusão financeira mais adequada às suas reais necessidades.

Nesse sentido, o Banco Central do Brasil (BCB) desenvolve desde 2013 o Programa Cidadania Financeira, voltado à promoção dos direitos e deveres do cidadão com relação à sua vida financeira. A ideia é contribuir para o pleno exercício da cidadania financeira e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O Programa Cidadania Financeira – alinhado às diretrizes da Estratégia Nacional de Educação Financeira, instituída pelo Decreto nº 7.397, de 2010, que garante a gratuidade das ações e a prevalência do interesse público –, é executado a partir de parcerias interinstitucionais. Dentre essas, destaca-se a cooperação técnica entre o Banco Central e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Trata-se de uma aliança que colabora com os esforços para que seja concretizada a missão do Sescoop, de promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras. E isso, cabe ressaltar, é feito com um olhar atento à felicidade interna

dos cooperados e familiares, bem como de colaboradores do sistema cooperativista, pensando no bem-estar social das comunidades onde vivem.

Assim, a parceria entre o Sescoop e o Banco Central inaugura um programa de formação em Gestão de Finanças Pessoais, com foco no hábito de poupar e na responsabilidade no uso do crédito. Direcionada especialmente a multiplicadores e a facilitadores, a proposta é formar uma rede cooperativa para a cidadania financeira. Para isso, destaca-se a importância do envolvimento das unidades estaduais do Sescoop como fator fundamental e da formação de Redes junto a outros Sistemas organizados.

O material ora apresentado tem por objetivo ser utilizado como base para cursos presenciais, com abordagem para estimular atenção, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos que contribuam para o pleno exercício do conjunto de direitos e deveres do cidadão em relação a sua vida financeira. É, portanto, uma ação eminentemente cooperativa, calcada nos princípios da educação e do interesse pela comunidade, muito embora os resultados desse trabalho tenham potencial para atingir também outros segmentos populacionais.

Que a utilização do conteúdo aqui oferecido seja de grande utilidade para toda a comunidade e produza os frutos esperados!

Márcio Lopes de Freitas e Luiz Edson Feltrim

mensagem ao aluno

Prezado Aluno,

Este é seu caderno do módulo “Crédito e Endividamento”, do Curso de Gestão de Finanças Pessoais. Seu professor irá discutir com você aspectos essenciais para uma boa gestão do seu dinheiro e propor algumas atividades em sala de aula, além de deixar exercícios para você fazer em casa.

Este caderno auxiliará você a fixar as informações abordadas no curso, a aprofundar seus conhecimentos e a aplicá-los em sua vida. Servirá também para ajudá-lo a verificar se compreendeu todos os tópicos tratados neste módulo.

Aproveite esta oportunidade para rever seus conceitos sobre finanças pessoais e para colocar em prática os ensinamentos do curso.

Bons estudos e um excelente trabalho!

estrutura do caderno

Seu caderno está organizado em quatro seções: Conteúdo, Atividades de sala de aula, Exercícios de síntese e Autoavaliação.

1. Conteúdo

Nesta seção, encontra-se o conteúdo do módulo, incluindo as atividades e exercícios de fixação. O conteúdo deste módulo compreende os seguintes tópicos:

- A troca intertemporal e os juros;
- O poder dos juros no tempo;
- Crédito: vantagens e desvantagens de seu uso;
- Dívidas: origem, consequências e como sair delas.

1.1 Atividades

As atividades são exclusivamente de caráter pessoal, portanto não possuem uma única resposta. Cada aluno terá a liberdade de responder de acordo com seus interesses, reflexões ou intenções. Isso significa que não há resposta certa ou errada para as atividades.

As atividades não serão trabalhadas em sala de aula.

1.2 Exercícios de fixação

Por sua vez, os exercícios de fixação servem para você verificar se está assimilando corretamente os conceitos deste módulo. Ao final desta seção, você encontrará as respostas corretas, para que possa conferir se respondeu acertadamente aos exercícios.

2. Atividades de sala de aula

Seu professor irá conduzir as atividades em sala de aula durante este módulo do Curso de Gestão de Finanças Pessoais. Esta seção disponibiliza as regras e os formulários para essas atividades.

3. Exercícios de síntese

Esta seção aborda alguns conceitos que sintetizam o módulo. Os exercícios de síntese servirão para que você retome os pontos principais deste módulo e fixe melhor as informações.

4. Autoavaliação

Na seção de autoavaliação, ao final deste módulo do curso, você poderá refletir sobre tudo o que aprendeu nele. Trata-se de algumas afirmativas que se referem aos principais conteúdos apresentados e discutidos. Você deverá ler as afirmativas e selecionar aquelas que se referirem aos tópicos que julgar que aprendeu. O objetivo da autoavaliação é você se certificar de que acompanhou e assimilou bem os conceitos do módulo. Caso não se sinta seguro para afirmar que aprendeu um ou mais dos temas listados na autoavaliação, retorne aos trechos do módulo que retomam os temas. Se ainda restarem dúvidas, recorra ao seu facilitador!

sumário

Apresentação.....	3
Mensagem ao aluno.....	5
Estrutura do caderno.....	6
Crédito e Endividamento.....	9
Introdução.....	9
A troca intertemporal e os juros.....	11
Pagar ou receber juros.....	13
Juros simples e juros compostos.....	16
O poder dos juros no tempo.....	17
Estudo de caso – Compra de carro.....	23
Crédito: vantagens de seu uso.....	26
Crédito: desvantagens de seu uso.....	27
Exercício de fixação – Vantagens e desvantagens do crédito.....	29
Dívidas: origem, consequências e como sair delas.....	30
Exercício de fixação – Mapa da dívida.....	36
Respostas dos exercícios de fixação.....	41
Atividades de sala de aula.....	43
Exercícios de síntese.....	45
Exercício 1 – Resumindo... ..	45
Exercício 2 – Conceitos cruzados.....	46
Respostas dos exercícios de síntese.....	47
Autoavaliação.....	49

crédito e endividamento

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que existe o crédito. Entretanto, com a crescente inclusão financeira da população brasileira e a presença cada vez maior dos bancos, cooperativas, correspondentes bancários no dia a dia do cidadão comum, hoje em dia tem sido cada vez mais frequente a oferta de crédito –sem contar a venda de produtos e serviços para pagamento em prestações, também uma forma de crédito. Mas, afinal, o que vem a ser crédito? É um termo usado para dar nome às diferentes maneiras com que bancos, financeiras e outras instituições emprestam dinheiro a seus clientes. Quando essas instituições emprestam dinheiro ou financiam alguma compra para alguém, elas estão concedendo um crédito. Simplificando ainda mais: o crédito é um dinheiro que alguém lhe empresta para você gastar. Quando você usa o crédito, ou seja, o dinheiro que alguém lhe emprestou, você assume o compromisso de devolver o que tomou emprestado, pois está em dívida com quem lhe emprestou e, enquanto não devolver todo o dinheiro que pegou emprestado, estará endividado – simples assim.

Perceba que estar endividado é algo muito comum. Toda vez que consome algo e ainda não pagou, ou seja, consome primeiro e paga depois, você está com uma dívida. Isso vale até quando se paga tudo em dia. Por exemplo, durante o mês, você consome energia da casa onde mora: usa a televisão, a geladeira, o chuveiro elétrico, acende as luzes dos quartos, da cozinha, da sala. Enquanto a conta de energia não chega, você já consumiu e ainda não pagou; portanto, está endividado. É como se a concessionária de energia estivesse lhe vendendo fiado; em outras palavras, oferecendo-lhe um crédito ao longo do mês.

A dívida em si não significa algo necessariamente ruim; muito pelo contrário, às vezes pode ser até útil e necessária. Por exemplo, você pode ficar doente e precisar tomar algum remédio que custe caro. Caso seu plano de saúde não cubra essa despesa e você não tenha dinheiro guardado para comprá-lo, usar um crédito seria uma boa solução. É melhor comprar o remédio e se curar do que ficar sem a dívida e piorar sua saúde. Nesse caso, você não teria como trabalhar vários meses até juntar o dinheiro suficiente para comprar o remédio. Veja que a dívida se fez útil e necessária em prol da sua saúde.





A compra financiada da casa própria – sonho de muitos brasileiros – é um bom exemplo de uso do crédito. Guardar todo o dinheiro necessário para comprar um imóvel à vista não é rápido nem fácil, uma vez que os valores envolvidos são muito maiores que o salário que se recebe. Além disso, até juntar o dinheiro para a compra do imóvel, morar em algum lugar para viver implicará quase necessariamente ter que pagar aluguel para o dono do imóvel. Assim, usar o crédito, na forma de um financiamento, pode ser uma solução interessante para a moradia.

Por outro lado, muitos cuidados deverão ser tomados se você for usar algum crédito. Sempre pegar dinheiro emprestado ou comprar parcelado pode ser perigoso para suas finanças, com consequências graves para sua vida pessoal ou familiar. Você pode correr o risco de ficar muito endividado e não conseguir mais pagar todos os compromissos, o que é muito preocupante.

Mesmo que você tenha se organizado para pagar as contas e prestações em dia, imprevistos ocorrem. Você pode, por exemplo, perder o emprego ou ficar doente, reduzindo sua renda. Pode, ainda, aparecer uma despesa extra que aperte seu orçamento mensal e faça você ficar com dificuldade de honrar todos os compromissos. Quando empréstimos não são pagos em dia, outras despesas financeiras aparecem, como multas e juros, além de outros encargos. Essas despesas extras podem fazer sua dívida crescer bastante e rapidamente – o que, sem dúvida, não é o que você espera ou deseja na gestão de suas finanças pessoais.

Neste módulo do curso, discutiremos o uso do crédito e algumas de suas características, trataremos dos juros e do seu poder ao longo do tempo e veremos como as dívidas surgem, quais são suas consequências e como sair delas.

**CRÉDITO É O DINHEIRO QUE
ALGUÉM LHE EMPRESTA PARA VOCÊ
GASTAR. QUANDO UMA INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA EMPRESTA DINHEIRO PARA
UM CLIENTE, ELA ESTÁ CONCEDENDO
UM CRÉDITO A ESSA PESSOA.**



A TROCA INTERTEMPORAL E OS JUROS

Quando você usa o crédito, faz uma troca no tempo: troca o pagamento de uma compra no presente por seu pagamento em um momento futuro. Essa troca no tempo recebe o nome de **troca intertemporal**, que nada mais é do que uma troca entre o tempo presente e o tempo futuro. Portanto, quando decide comprar um produto ou um serviço hoje e pagar por ele no futuro, você faz uma troca intertemporal. Nesse caso, usufruindo no presente e pagando no futuro, você contraiu uma dívida; em outras palavras, você está em uma posição devedora.

Por outro lado, quando você poupa durante alguns dias, meses ou anos e aplica seu dinheiro poupado em algum tipo de investimento, para usá-lo no futuro, você se coloca em uma posição credora. Veja que, ao aplicar seu dinheiro em uma instituição financeira, é você que está emprestando seu dinheiro para ela. Nesse caso, você está concedendo um crédito para essa instituição; assim, é o credor e a instituição financeira, a devedora. Aqui também ocorre uma troca intertemporal: você trocou “consumir no presente, mesmo se endividando”, por “poupar no presente para consumir mais no futuro”, quando decidir retirar seu dinheiro da aplicação para comprar algo em um momento mais adiante.



TROCA INTERTEMPORAL É UMA TROCA NO TEMPO, OU SEJA, UMA TROCA ENTRE O TEMPO PRESENTE E O TEMPO FUTURO.

Preste atenção: essa troca intertemporal tem um preço. Se você optar por comprar hoje e pagar depois, terá que pagar por isso. Por outro lado, se optar por poupar hoje para comprar depois, sua poupança também terá um preço que será pago por alguém. E qual preço é esse que alguém paga e que alguém recebe nessa troca intertemporal?

O preço ou o custo dessa troca no tempo corresponde aos famosos, porém não muito compreendidos, juros. Os juros nada mais são do que o preço que se paga pela troca entre o tempo presente e o tempo futuro no uso do dinheiro. Os juros são o custo da troca intertemporal; são o preço que se paga por tomar dinheiro emprestado.

Por um lado, quem não tem recursos suficientes e toma emprestado para consumir hoje pagará “a mais” por isso amanhã, ficando em uma posição devedora, ou seja, tornando-se um devedor. Por outro, quem poupa no presente para consumir no **futuro** receberá “a mais” por isso, ficando em uma posição credora, ou seja, tornando-se um credor. De modo bem simples e objetivo, os juros correspondem a esse algo “a mais”, tanto para quem paga a mais para consumir hoje quanto para quem poupa hoje para consumir a mais amanhã. Sim, você poderá consumir mais amanhã, pois, ao poupar para comprar no futuro, receberá juros enquanto junta seu dinheiro e o empresta a uma instituição financeira. Portanto, os juros não são necessariamente algo problemático. Muito pelo contrário: tem gente que vive de renda, sem nem trabalhar mais, só recebendo juros. Vamos entender melhor os dois lados da moeda.

Na visão de quem paga a mais, ou melhor, paga juros, eles são como uma espécie de aluguel que se paga para usar um dinheiro que não se tem. Por exemplo, você decide comprar uma geladeira, mas não tem dinheiro para pagar à vista. Mesmo assim, deseja tê-la. Você vai a uma loja e faz um crediário, que nada mais é do que comprar a prazo, pagando prestações em um carnê ou boletos. Quando você compra sua geladeira a prazo, financiando em dez meses, por exemplo, o valor total da compra a prazo – somados os valores da entrada mais todas as prestações – é maior que o preço que pagaria à vista, pois os juros estão incluídos nas prestações.

COMPRAR À VISTA É NORMALMENTE MAIS BARATO QUE COMPRAR A PRAZO. FAÇA AS CONTAS E COMPARE: VERÁ QUE A SOMA DAS PRESTAÇÕES É MAIOR – ÀS VEZES, MUITO MAIOR – DO QUE O VALOR QUE VOCÊ PAGARIA À VISTA.

Há quem diga que os juros são o preço da impaciência. Exemplificando: como você não teve paciência para guardar dinheiro durante alguns meses para comprar à vista, usou um crédito (tomou dinheiro emprestado) e, por isso, teve que pagar juros para comprar e usufruir antes de ter dinheiro suficiente para pagar sua compra por completo.

Por outro lado, na visão de quem recebe os juros, eles são como um aluguel que se recebe por emprestar dinheiro a uma instituição financeira. Os juros que recebemos recebem o nome de rendimentos.

Voltando ao exemplo anterior, suponhamos que você decida comprar uma geladeira e não tenha dinheiro para pagá-la à vista, mas está disposto a poupar todo mês o mesmo valor das prestações que iria pagar. Durante esse tempo, você deposita os valores em uma aplicação que rende juros, como, por exemplo, a caderneta de poupança. Em dez meses, poupando mensalmente o mesmo valor que pagaria pelas dez prestações da geladeira, você terá dinheiro suficiente para comprar sua geladeira pagando-a à vista e ainda sobrar um pouco. Você terá essa sobra porque, além de deixar de pagar juros e ter um desconto por comprar à vista, terá seu dinheiro acrescido dos juros da aplicação. Essa será sua recompensa por ter sido capaz de poupar e esperar o tempo certo para comprar. Assim, alguns especialistas referem-se aos juros recebidos como uma remuneração por saber esperar, poupando até juntar o dinheiro necessário para comprar à vista. E lembre-se de que o dinheiro poupado não receberá rendimentos se estiver guardado debaixo do colchão ou dentro de um pote enterrado no jardim. Os rendimentos são o resultado da aplicação do seu dinheiro. Mais à frente neste curso, falaremos mais detalhadamente sobre rendimentos, aplicações e investimentos.

Você sempre tem a escolha de pagar ou receber juros, mesmo que não perceba conscientemente que ela está disponível. Note que há momentos em que vale a pena pagar juros e outros em que não. O mais importante quando se usa crédito é entender que crédito implica pagamento de juros. Também é fundamental, ao usá-lo, garantir que seu orçamento esteja organizado a ponto de você conseguir honrar os compromissos assumidos com as prestações futuras.

Se você decidir antecipar seu consumo via crédito, deverá entender também que isso poderá adiar a formação de um patrimônio. Ao comprometer parte de sua renda futura com o pagamento de prestações, como as parcelas da geladeira, por exemplo, você terá menos dinheiro disponível por mês e, assim, ficará mais difícil juntar dinheiro para pagar outras coisas para você e sua família, como um fogão, uma viagem de férias, um carro, um imóvel.

Por outro lado, usar crédito, mesmo com o custo de pagar juros, pode ser uma maneira possível de antecipar a formação de patrimônio – desde que esse uso ocorra de modo consciente. Esse é o caso, por exemplo, da compra de uma casa própria. Durante os anos em que você estiver pagando as prestações do financiamento do imóvel, seu patrimônio poderá crescer mais rapidamente do que cresceria se, em vez de ter a dívida do imóvel, você tivesse seus recursos investidos, rendendo-lhe juros. Isso pode ocorrer caso o imóvel esteja valorizando-se em relação ao que você estiver pagando no financiamento.

JUROS CORRESPONDEM AO PREÇO QUE SE PAGA A MAIS PARA FAZER UMA TROCA ENTRE O TEMPO PRESENTE E O TEMPO FUTURO. ELES SÃO O CUSTO DA TROCA INTERTEMPORAL.



PAGAR OU RECEBER JUROS

Nos casos a seguir de troca intertemporal, marque P quando você pagar juros e R quando receber juros.

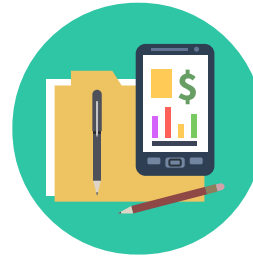
- () Financiamento da casa própria.
- () Poupança programada para viajar nas férias.
- () Compra a prazo de uma televisão.
- () Empréstimo consignado para pagar cartão de crédito.
- () Depósitos mensais na caderneta de poupança.
- () Aplicação financeira em títulos de renda fixa.

Em nossas escolhas do dia a dia, há um fator que influencia muito nosso comportamento. Não é nossa inteligência nem nossa percepção, mas, sim, o poder do momento presente, o poder do agora. Embora possamos saber o que é mais adequado para cada situação de nossa vida e planejemos agir conforme nossa consciência, nem sempre cumprimos o que prometemos a nós mesmos. Por exemplo, quantas vezes planejamos começar o regime alimentar na próxima segunda-feira? Quando o dia chega, no momento crucial das escolhas dos alimentos, nós esquecemos, desistimos ou deixamos o regime de lado. Ou ainda, prometemos a nós mesmos acordar mais cedo para fazer uma caminhada pela manhã, mas, quando toca o despertador, a preguiça vence...

Nesses casos, não estaríamos pagando juros, financeiramente falando, mas estaríamos pagando com nossa saúde – ou com a falta dela. Certamente, esses também são exemplos de trocas intertemporais: deixando de fazer coisas hoje, com certeza teremos consequências no futuro. Por outro lado, se tivermos uma alimentação balanceada e fizermos exercícios físicos com regularidade, além de desfrutar de saúde física no presente, nosso corpo irá nos agradecer no futuro.

Nas finanças pessoais, o poder do agora pode exercer um efeito devastador em nossas contas. Quem sempre priorizar usufruir e ter prazer somente concentrando-se no presente, desconsiderando as consequências no futuro, poderá ter sérios problemas financeiros.

Todos sabem que é mais vantajoso receber juros e ter descontos com pagamentos à vista, mas nem todos aproveitam essa vantagem. Por que será? É justamente porque o poder do agora influencia nosso comportamento e, conseqüentemente, não formamos o hábito de poupar e esperar o momento certo para comprar. Quando



decidimos que queremos comprar, logo já estamos na loja comprando, mesmo sem o dinheiro para pagar à vista, novamente tendo que pagar juros. O poder do agora faz com que não reflitamos de modo suficiente sobre as consequências futuras de nossas ações no presente. Em muitos casos, nosso pensamento surge mais ou menos assim: “Depois a gente vê como vai pagar”; “Essa prestação não é tão alta assim; dá para ir pagando todos os meses”; “Eu sempre quis isso e nunca tive oportunidade de comprar, mas agora apareceu essa promoção e dividi em seis vezes”; “Não posso perder essa promoção; é uma boa oportunidade”; “Eu mereço, afinal trabalho tanto”; “Se eu não comprar parcelado, nunca vou ter nada”.

Com o poder do agora influenciando nosso comportamento de consumo no presente, tendemos a fazer compras a prazo. Na dúvida, acabamos parcelando em vários meses à frente, quando, na verdade, poderíamos perfeitamente evitar a compra e poupar para comprar à vista. De fato, de acordo com pesquisas, muitos brasileiros têm esse hábito de fazer regularmente compras a prazo. O hábito forma-se de modo inconsciente, devido ao poder do agora. Veja se conhece alguém que tenha feito assim: a pessoa se livra da despesa do aluguel da casa e começa a pagar as prestações do financiamento da casa própria, no mesmo valor do aluguel. Em seguida, animada com a compra da casa, vai à loja de varejo e troca a televisão, a geladeira e o fogão. Ainda não satisfeita, depois de alguns meses, parte para trocar o sofá, sempre comprando a prazo. Quando se dá conta, em pouco tempo, a pessoa tem um monte de financiamentos para pagar todo mês.

Tudo bem, não sejamos tão drásticos; vamos discutir outro exemplo. Você decide comprar um carro – financiado, é claro. Depois de comprá-lo, percebe que, além do gasto da gasolina, tem que manter o carro e isso significa trocar óleo,



pneus, pastilhas de freio, entre outros itens. Além disso, tem que pagar imposto (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA) e seguro obrigatório (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou Não – DPVAT), além do próprio seguro do carro. Comprar um carro sem considerar essas despesas futuras é um convite ao endividamento. Pior ainda no caso de alguém imprevidente, que não tenha feito seguro e cujo carro é roubado ou muito danificado em um acidente. Mesmo sem carro, o devedor terá que pagar as prestações do carro que nem terá mais.

O que acontece quando se tem esse hábito de comprar a prazo? Normalmente, costuma-se acumular prestações de várias compras a prazo, deixando o orçamento vulnerável a qualquer imprevisto ou gasto não planejado. Certamente, na melhor das intenções, o endividado se organizará para pagar as prestações em dia. Quem se endivida certamente pretende pagar todas as prestações no futuro e, na maior parte das vezes, consegue mesmo pagar, mas, quando acontece qualquer imprevisto, já se vê em uma situação apertada. E, convenhamos, imprevistos acontecem o tempo todo! Às vezes, um imprevisto é algo mais grave, como a perda do emprego, a redução da renda familiar, uma doença que afasta a pessoa do trabalho, a morte de algum parente próximo, um divórcio. Outras vezes, é um fato mais corriqueiro, como furar o pneu do carro, ter que comprar um remédio, perder os óculos e ter que comprar outros, pagar uma multa por excesso de velocidade no trânsito.

Como não podemos evitar que a maioria dos imprevistos aconteça, podemos nos prevenir, pelo menos financeiramente, dos seus impactos em nosso orçamento. Podemos fazer uma troca intertemporal no seguinte sentido: podemos poupar todo mês para formar uma reserva financeira, para que, caso um imprevisto aconteça, tenhamos dinheiro suficiente para cobrir as despesas extras até recompor nosso orçamento. Certamente, com essa reserva, estaremos nos prevenindo contra os efeitos das dívidas que os imprevistos podem provocar.

A verdade é que, além da ocorrência de imprevistos, há outras situações que frequentemente levam o cidadão desatento ou financeiramente desorganizado a trocar “mais no futuro” por “menos no presente”. Por conta do poder do agora e do frequente ímpeto de atender de imediato aos desejos, muitos cidadãos lançam mão de um instrumento de crédito pré-aprovado que trazem no bolso, sem conhecer as consequências de seu uso indiscriminado. Entra em cena o campeão da troca intertemporal e do pagamento de juros: o cartão de crédito quando é utilizado de forma inadequada! Em muitos casos, o cartão de crédito é utilizado como um meio de empréstimo rápido e automático, dispensando qualquer contato com um gerente da instituição credora. Em outras palavras, não é preciso sequer falar com alguém para pedir ou conseguir dinheiro emprestado. Parece muito simples e fácil. Uma vez obtido o cartão de crédito e definido o limite para gastos, o consumidor pode sair às compras – e, hoje em dia, consegue-se usar cartão de crédito em quase todo lugar: lojas de roupas, calçados, eletrodomésticos, utensílios para casa, material de construção, agência de viagem, supermercado, açougue, farmácia, padaria, restaurante, bar, cinema, posto de gasolina.

E como é que esse instrumento para compras programadas se transforma em um mecanismo de crédito que pode levar ao endividamento muito acima do valor do crédito pré-aprovado? O processo é simples, rápido e perigoso... Toda vez que se parcela o pagamento pelo cartão de crédito – utilizando o “crédito rotativo” e não o parcelamento sem juros oferecido pelo estabelecimento comercial –, o que se está fazendo é contratar um empréstimo pelo qual se terá que pagar juros. Esses juros serão devidos sobre o dinheiro que se tomou emprestado, mesmo que não se tenha a consciência de ter contraído um empréstimo. E o pior é que as taxas de juros cobradas por esse tipo de crédito automático decorrente do não pagamento integral da fatura do cartão de crédito estão entre as mais altas do

mercado. Pior ainda: mesmo que o devedor não perceba ou não tenha consciência disso, estará com uma dívida crescente para pagar – uma dívida que pode crescer muito rapidamente e se transformar em uma bola de neve.

Por falta de educação financeira, infelizmente é muito comum as pessoas deixarem de pagar a fatura de cartão de crédito porque já estão endividadas com outras despesas. Talvez isso ocorra pela facilidade de contratar o empréstimo no cartão, uma vez que não precisam pedir, nem negociar com ninguém. Na verdade, não precisam fazer nada: basta não pagar a fatura integral, que já estarão tomando um empréstimo, de modo automático e sem perceber. No entanto, o que grande parte das pessoas não sabe é que a taxa de juros do cartão de crédito é normalmente muito mais alta do que as taxas de juros de suas outras dívidas. Nesses casos, seria recomendável – embora não tão confortável quanto o empréstimo automático do cartão – negociar um empréstimo com taxas de juros mais baixas na agência de uma instituição financeira e quitar integralmente a conta do cartão de crédito. Assim, o devedor livra-se de uma dívida muito cara, substituindo-a por uma dívida de menor impacto.

Por outro lado, quando o cartão de crédito é utilizado na função para a qual foi criado – como um meio de pagamento com data programada –, pode ser um excelente instrumento. Você faz suas compras do mês e programa a data de pagamento de sua fatura integral. Pode até colocar o pagamento da fatura do cartão de crédito em débito automático na sua conta-corrente, para garantir que pagará a fatura integral mesmo quando se esquecer da data de vencimento. Um detalhe curioso: até a data do vencimento, enquanto você não paga a fatura, está tecnicamente endividado, mas sem pagar juros e sem ter maiores problemas. Ao pagar a fatura na data programada para seu vencimento, você liquida sua dívida daquele mês. E preste atenção se alguma compra ficou para o mês seguinte. As compras feitas no cartão devem sempre ser registradas em seu orçamento, de forma que você sempre consiga pagar tudo em dia, evitando o pagamento de juros e outros encargos desnecessários. Sim, o cartão de crédito pode ser um bom instrumento na sua gestão financeira, desde que você saiba usá-lo corretamente.



JUROS SIMPLES E JUROS COMPOSTOS

Vimos que a troca intertemporal pode levar você a ter uma poupança ou uma dívida, que o farão receber ou pagar juros, respectivamente. Neste momento, vamos procurar entender melhor como funcionam os juros. Você sabia que existem duas formas diferentes para calcular os juros? Sabia que os resultados dessas duas formas de cálculo serão muito diferentes entre si?

Vamos fazer uma analogia para tornar isso mais claro. Por exemplo, vamos supor que você more em um sítio e, com o passar dos meses, conseguiu ter dez galinhas para cuidar. Todos os dias, cada galinha bota um ovo e você recolhe os dez ovos para sua família comer – sejam cozidos, fritos, mexidos, como omelete ou bolo. Nesse caso, você fez uma poupança na forma de galinhas, que lhe rende juros: os ovos. Você poderia ter optado por consumir essas galinhas, na forma de frango assado, frito ou ensopado. Contudo, decidi fazer uma poupança para ter os rendimentos, ou seja, os ovos.

Todos os dias, você recebe esses ovos que as galinhas botaram e sua família e você os consomem. Tão simples e natural, não é mesmo? Pois então, nesse exemplo, as galinhas seriam consideradas, em finanças, o capital principal e os ovos que elas botaram seriam chamados juros simples.

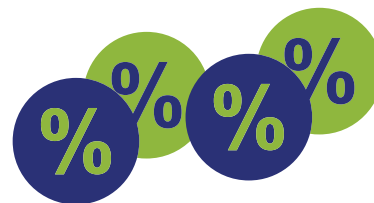
Contudo, o que aconteceria se sua família não consumisse os ovos e os deixasse com as galinhas? Elas poderiam chocá-los até seus pintinhos nascerem. Algum tempo depois, todos esses pintinhos cresceriam até se tornar galinhas, que botariam ainda mais ovos. Esses novos ovos também seriam chocados e assim por diante. Seria um crescimento enorme na quantidade de galinhas e, conseqüentemente, na produção de ovos.

Esses ovos que não foram consumidos se tornaram novas galinhas, por isso seu monte de galinhas (ou, em finanças, seu **montante**) foi crescendo, foi aumentando ou, como se diz em finanças, foi **compounding**, daí o nome juros **compostos**. Esse é o processo dos juros compostos: os juros de cada período (nesse caso, o tempo de os ovos virarem galinhas) são incorporados ao montante (ao conjunto de galinhas).

É claro que, para esse exemplo, tivemos que assumir que todos os ovos seriam chocados, virariam pintinhos e cresceriam como galinhas. Além disso, tivemos que assumir que nenhum pintinho morreria e as galinhas seriam eternas. No caso das finanças, é exatamente isso que ocorre. Se você tiver um valor poupado e aplicado, que rende juros todos os meses, e resolver não mexer nessa sua poupança, terá um valor bem maior depois de um tempo. É só uma questão de tempo: à medida que o tempo passa, o valor fica cada vez maior.



JUROS SIMPLES SÃO OS JUROS PAGOS SOMENTE SOBRE O CAPITAL (OU VALOR) PRINCIPAL.



JUROS COMPOSTOS APÓS CADA PERÍODO, OS JUROS SÃO SOMADOS AO PRINCIPAL E PASSAM, POR SUA VEZ, A RENDER JUROS. SÃO OS CHAMADOS “JUROS SOBRE JUROS”.

O PODER DOS JUROS NO TEMPO

Falamos do poder do agora em nossas escolhas de troca intertemporal. Agora, trataremos do poder dos juros ao longo do tempo. Esse conceito é bem importante nas finanças pessoais, pois pode fazer de você um milionário ou levá-lo à falência total. Isso vai depender de escolhas bem-feitas. E é só uma questão de tempo, literalmente.

Como visto, os juros são o custo da troca intertemporal. Isso significa que eles determinam a relação do dinheiro que se deve pagar ou receber quando trocamos os tempos presente e futuro. Essa relação é medida por meio de uma taxa de juros, como, por exemplo, 1% ao mês (dizemos um por cento ao mês). Note que a taxa de juros sempre faz referência a um percentual (no exemplo, 1%) em relação a um valor total em dinheiro e uma medida de tempo (no exemplo, um mês). Pois bem, essa taxa significa que, a cada mês, 1% da dívida ou crédito será acrescido (somado) ao valor total. Por exemplo, se tenho R\$ 100,00 e aplico esse dinheiro à taxa de 1% ao mês, os juros que receberei no fim do primeiro mês da minha aplicação serão 1% de R\$ 100,00, ou seja, receberei de juros no fim do mês o valor de R\$ 1,00. Assim, passarei a ter o valor total de R\$ 101,00 ao final do primeiro mês (a soma do valor principal e dos juros). Após mais um mês, ou seja, ao final do segundo mês da minha aplicação, os juros que receberei serão de 1% sobre R\$ 101,00. Assim, receberei de juros no fim do segundo mês R\$ 1,01 (ou seja, 1% de R\$ 101,00). Esses juros serão somados ao valor que eu já tinha no fim do primeiro mês, totalizando R\$ 102,01 no fim do segundo mês (R\$ 101,00 mais R\$ 1,01). E assim por diante.

Parece que receber R\$ 1,00 de juros é muito pouco, não é mesmo? Se olharmos apenas um mês, R\$ 1,00 não resolverá mesmo a vida de ninguém. No entanto, o poder dos juros no tempo aparece mais para quem tem paciência. Lembra-se de que comentamos que os juros, na visão de quem paga, são o preço da impaciência? Pois bem, já para quem os recebe, os juros são o fruto da paciência.

Se você colocar R\$ 100,00 em uma aplicação que renda 1% ao mês, como no exemplo que acabamos de dar, receberá R\$ 1,00 ao final do primeiro mês. Suponhamos que você tenha muita paciência e deixe esses R\$ 100,00 poupados quietinhos em sua aplicação. Nesse exemplo, você não vai retirar nem um centavo, nem vai depositar mais nada nessa aplicação além dos R\$ 100,00 iniciais. Ao final de dez anos, terá pouco mais de R\$ 330,00. Entretanto, se tiver



ainda mais paciência e deixar esse dinheiro poupado por 20 anos – sem fazer nenhuma retirada e nenhum depósito novo –, terá quase R\$ 1.100,00 no fim dos 20 anos. Por fim, se tiver ainda mais paciência e deixar seu dinheiro aplicado – quietinho, sem retirar nada, nem aplicar mais nada – por 30 anos, terá quase R\$ 3.600,00 no fim dos 30 anos. É claro que, nesse exemplo, usamos uma taxa de juros fixa de 1%, que não variou ao longo do tempo, e consideramos uma poupança de R\$ 100,00 feita uma vez na vida.

Agora, para demonstrar bem os efeitos dos juros compostos ao longo do tempo, vamos usar um exemplo um pouquinho diferente do anterior. Em vez de poupar R\$ 100,00 uma única vez, imaginemos que você tenha tomado a decisão de poupar R\$ 100,00 todo mês! Você conseguiu uma aplicação com uma taxa de juros de 1% ao mês. Para esse exemplo, vamos imaginar que essa taxa de juros se manterá fixa, sem variação, ao longo de todo o tempo em que seu dinheiro estiver aplicado. Vamos aos números?

Você coloca R\$ 100,00 por mês – todo mês, sem falhar nenhum – em uma aplicação que rende 1% ao mês. Como na explicação anterior, receberá R\$ 1,00 ao final do primeiro mês. Terá R\$ 101,00. Depositará mais R\$ 100,00 no começo do segundo mês, ficando com R\$ 201,00. Com os juros de sua aplicação, passará a ter R\$ 203,01 no fim do segundo mês. Aplicará mais R\$ 100,00 e assim por diante. Admitamos que você tenha paciência e disciplina e continue guardando R\$ 100,00 todo mês durante dez anos. Sabe quanto terá ao final dos dez anos? Mais de R\$ 23.200,00. Se continuar com sua paciência e disciplina e



poupar durante 20 anos – sem fazer nenhuma retirada e depositando sempre R\$ 100,00 por mês –, terá quase R\$ 100.000,00 ao final de 20 anos. Se continuar poupando e aplicando seu dinheiro (sempre R\$ 100,00 por mês nesse exemplo), sabe quanto terá no fim dos 30 anos? R\$ 352.991,38. É isso mesmo: mais de R\$ 350.000,00. E sabe quanto terá saído do seu bolso para formar essa poupança? Poupando R\$ 100,00 por mês ao longo de 30 anos, ou seja, 360 meses, você terá despendido R\$ 36.000,00. Como é que 36 mil tornam-se mais de 350 mil?! Graças ao poder dos juros compostos ao longo do tempo. Naturalmente, usamos nesse exemplo uma taxa de juros que nem sempre se encontrará na vida real. É claro que o poder dos juros está diretamente ligado à taxa de juros usada para remunerar o dinheiro. Só por curiosidade, se

usarmos, no mesmo exemplo, uma taxa de juros mensal de 0,5% (meio por cento ao mês), teremos, depositando R\$ 100,00 por mês, cerca de R\$ 16.500,00 no fim de dez anos, em torno de R\$ 46.500,00 no fim de 20 anos ou mais de R\$ 100.000,00 no fim de 30 anos.

Imagine se tivesse tomado essa decisão de poupar todo mês há dez, 20 ou 30 anos, como estaria hoje?

Sempre há tempo para começar! Por que não começar hoje mesmo? Lembre-se: é só colocar o dinheiro em uma aplicação segura e que renda juros e ter a paciência necessária para esperar o tempo para sua conta crescer e crescer. Começa pequeno, mas, aos poucos, vai crescendo cada vez mais rápido.

ATIVIDADE

Um milionário na família? Vamos considerar que você encontrou uma aplicação financeira que renda 1% ao mês e planeja que você ou seu filho venha a ficar milionário em 30 anos. Qual das alternativas a seguir você acha que seria mais viável para se tornar milionário?

- () Poupar R\$ 283,29 por mês.
- () Aplicar um depósito inicial de R\$ 9.000,00 e poupar R\$ 191,63 por mês.
- () Aplicar uma única vez R\$ 18.000,00 e depois poupar mais R\$ 99,98 por mês.
- () Aplicar uma única vez R\$ 27.816,69.

Pode parecer intrigante, mas as quatro alternativas levam a R\$ 1.000.000,00 no fim de 360 meses. Não é uma questão de sorte, loteria ou jogos de azar; é uma questão de tempo. Veja, não é que ter um milhão seja um objetivo de vida, mas o importante é que você perceba o poder dos juros no tempo.

Até o momento, exemplificamos como o poder dos juros no tempo pode agir a seu favor, fazendo-o receber juros decorrentes de uma troca intertemporal de aplicar agora e receber depois. No futuro, após receber seu dinheiro, poderá usufruir muito mais. Durante todo esse período, você estará em uma posição de credor.

Em contrapartida, o poder dos juros no tempo também pode levá-lo à falência! Se você optar por usar o crédito



de modo inadequado, deixará o poder dos juros atuar no tempo de forma problemática. Você estará em uma posição devedora, com riscos de sua dívida crescer tanto que não mais conseguirá pagá-la sem ter que sacrificar muito seu padrão de consumo.

Um agravante para a situação de quem usa o crédito de forma inadequada é que o poder dos juros no tempo para



quem está endividado é muito maior, pois a taxa de juros normalmente é mais alta para quem paga. Isso significa que, quando se toma dinheiro emprestado, pagam-se juros que são normalmente mais altos – às vezes, muito mais altos – do que aqueles que se recebem nas aplicações. Por exemplo, admitamos que você tenha resolvido comprar uma geladeira que custa R\$ 1.114,09 se for paga à vista na loja. Suponhamos que o saldo de sua conta-corrente no banco esteja zerado, mas você decide usar seu cheque especial. Consequentemente, sua conta bancária ficará negativa exatamente no valor usado para pagar a geladeira: R\$ 1.114,09. Admitindo uma taxa de juros de 12% ao mês, se não quitar sua dívida, você terá em apenas cinco anos uma dívida de R\$ 1.000.000,00. Perceba que, para ter um milhão, rendendo a 1% ao mês, se você aplicasse R\$

27.816,69, conforme apontado na atividade anterior, você precisaria esperar 30 anos. No entanto, se tem uma dívida de R\$ 1.114,09 a uma taxa de 12% ao mês, ela chegará a um milhão em cinco anos. Isso ocorre porque a taxa de juros dessa dívida é desproporcionalmente mais alta: nesse caso, foi de 12% ao mês, comparada com a taxa de 1% dos exemplos da aplicação.

Preste atenção ao fato de que o cheque especial é uma modalidade automática de crédito, pré-aprovada e disponível para o uso por parte do cliente da instituição financeira. Não é necessário pedir um crédito à instituição toda vez que o cliente quiser usar o cheque especial. Entretanto, o cheque especial tem seu preço: normalmente, as taxas de juros cobradas por seu uso estão entre as mais altas do mercado. Assim, o ideal é que o cheque especial seja limitado a situações de emergência – e sempre por pouco tempo. Como se trata de uma dívida normalmente mais cara, deve estar entre as primeiras a ser pagas, para que os juros não se tornem uma bola de neve. Assim como no caso do cartão de crédito, o cheque especial pode ser um bom instrumento na sua gestão financeira, desde que você saiba usá-lo corretamente.

**PRESTE SEMPRE MUITA ATENÇÃO
À TAXA DE JUROS DE QUALQUER
MODALIDADE DE EMPRÉSTIMO ANTES
DE TOMAR QUALQUER DINHEIRO
EMPRESTADO!**

ATIVIDADE – CALCULADORA DO CIDADÃO

Vamos aprender a utilizar uma ferramenta que pode ajudá-lo a calcular o poder dos juros no tempo: a Calculadora do Cidadão, desenvolvida pelo Banco Central do Brasil. Essa calculadora está disponível na internet e há também uma versão dela para celulares e tablets. Pela internet, você pode acessá-la por meio do portal do Banco Central (www.bcb.gov.br). Por celulares e tablets, você pode baixar o aplicativo da calculadora, procurando-o pelo termo “Calculadora do Cidadão”.

Com a calculadora, você verificará como se pode chegar a R\$ 1.000.000,00 a partir de uma aplicação com depósitos regulares, ou seja, poupando todo mês o mesmo valor. Quando usar a calculadora para simular a aplicação, basta preencher os campos e deixar em branco o campo que deseja calcular. Os campos disponíveis são:





ATIVIDADE



- Número de meses: neste campo, você deve colocar o número de meses consecutivos em que irá depositar os valores na aplicação. Por exemplo, 12 meses, 60 meses, 360 meses;

- Taxa de juros mensal: você deve colocar a taxa que a aplicação está rendendo. Por exemplo, a caderneta de poupança costuma render um pouquinho mais de 0,5% ao mês; outras aplicações podem render mais ou menos do que isso. É importante considerar a taxa líquida, já descontando o imposto de renda e outros custos;

- Valor do depósito regular: aqui, você deve digitar quanto depositará em reais todos os meses;

- Valor obtido ao final: será a quantia que você terá ao final de todos os meses de depósito. Pode ser o valor que planeja para realizar algum projeto.

Para conferir o valor que você deveria poupar naquela atividade de formar R\$ 1.000.00,00, precisaria deixar em branco o campo “Valor do depósito regular” e preencher os demais campos, como na figura a seguir:

Ao clicar em “Calcular”, a Calculadora do Cidadão mostrará, no campo “Valor do depósito regular”, 283,29. Isso significa que, para ter R\$ 1.000.000,00 no fim de 360 depósitos mensais remunerados a uma taxa de 1% ao mês, será necessário depositar todo mês R\$ 283,29.



ATIVIDADE – APLICAÇÃO COM DEPÓSITOS REGULARES

Vamos calcular quanto tempo levará para realizar um projeto. Suponha que você tenha um projeto de reforma de sua casa com um orçamento de R\$ 8.000,00. Você pode calcular em quantos meses alcançará sua meta, aplicando na poupança à taxa de juros mensal de 0,5%, poupando, por exemplo, R\$ 250,00 todo mês.

Ao clicar em “Calcular”, a Calculadora do Cidadão mostrará, no campo “Número de meses”, 29,62. Isso significa que, após 30 meses (o número 29,62 foi arredondando para cima), você terá dinheiro suficiente para pagar sua reforma à vista.

Aproveite para fazer outras simulações de projetos que tenha. Você pode simular, por exemplo, quanto poderá acumular após 36 meses, depositando todos os meses R\$ 100,00 na caderneta de poupança. À taxa de juros de 0,5% ao mês, o resultado será uma poupança de R\$ 3.953,28.

Aplicação com depósitos regulares
Simule a aplicação com depósitos regulares

Número de meses

Taxa de juros mensal 0,500000 %

Valor do depósito regular (depósito realizado no início do mês) 250,00

Valor obtido ao final 8.000,00

Metodologia

Calcular Limpar Voltar

ATIVIDADE – VALOR FUTURO DE UM CAPITAL

Aquela possibilidade de formar R\$ 1.000.000,00 a partir de uma única aplicação de R\$ 27.816,69 (seu capital atual, que aqui também poderia ser chamado capital inicial) pode ser conferida na Calculadora do Cidadão, por meio da opção “Valor futuro de um capital”.

Após digitar os dados, clique no botão “Calcular”, para ter a resposta.

Aproveite também para fazer outras simulações. Por exemplo, se você tem hoje R\$ 1.000,00 guardados e quer deixá-los na caderneta de poupança, pode calcular quanto terá após cinco anos. À taxa de juros de 0,5% ao mês, o resultado será uma poupança de R\$ 1.348,85 depois dos 60 meses.

Para chegar a esse valor, você deve preencher os seguintes campos: “Número de meses”, “Taxa de juros mensal” e “Valor obtido ao final”, conforme demonstrado a seguir:

Valor futuro de um capital
Simule o valor futuro de um capital

Número de meses 360

Taxa de juros mensal 1 %

Capital atual (depósito realizado no início do mês)

Valor obtido ao final 1.000.000,00

Metodologia

Calcular Limpar Voltar

Valor futuro de um capital
Simule o valor futuro de um capital

Número de meses 60

Taxa de juros mensal 0,5 %

Capital atual (depósito realizado no início do mês) 1000

Valor obtido ao final

Metodologia

Calcular Limpar Voltar



LEMBRE-SE DO PODER DOS JUROS NO TEMPO: O VALOR PEQUENO, QUE HOJE PODE PARECER POUCO, COM O PASSAR DO TEMPO FICARÁ CADA VEZ MAIOR.

ATIVIDADE – FINANCIAMENTO COM PRESTAÇÕES FIXAS

Vamos supor que você encontre uma oferta de venda de um carro em 84 meses, a uma taxa de juros real de 1,7% ao mês. O preço do carro é de R\$ 27.000,00, podendo ser totalmente financiado, ou seja, você não precisa dar nenhum valor de entrada.

Nesse caso, a Calculadora do Cidadão, na opção “Financiamento com prestações fixas”, poderá ser preenchida da seguinte forma:

Financiamento com prestações fixas
Simule o financiamento com prestações fixas

Nº. de meses	84
Taxa de juros mensal	1,70 %
Valor da prestação (Considera-se que a 1a. prestação não seja no ato)	
Valor financiado (O valor financiado não inclui o valor da entrada)	27.000,00

Metodologia

Calcular Limpar Voltar

Ao clicar em “Calcular”, você obterá o valor da prestação de R\$ 606,09.

Você pode também simular o financiamento da casa própria por meio dessa calculadora, sempre deixando em branco o campo que deseja calcular e preenchendo os demais. Embora haja simuladores específicos para financiamento de imóvel, essa calculadora poderá lhe dar uma ideia bem próxima de como será de fato. Por exemplo, se você pode pagar mensalmente uma prestação de R\$ 470,00 e encontrou uma casa de R\$ 80.000,00, com um financiamento à taxa de 0,35% ao mês, equivalente a 4,3% ao ano, poderá calcular em quanto tempo poderá

quitar essa casa. O preenchimento dos campos deve ser conforme segue:

Financiamento com prestações fixas
Simule o financiamento com prestações fixas

Nº. de meses	
Taxa de juros mensal	0,35 %
Valor da prestação (Considera-se que a 1a. prestação não seja no ato)	470,00
Valor financiado (O valor financiado não inclui o valor da entrada)	80.000,00

Metodologia

Calcular Limpar Voltar

Você poderá fazer infinitas simulações de financiamento da compra de seu imóvel. Poderá calcular o valor da prestação que terá que pagar para comprar uma casa de valor maior ou menor, ou ainda, se sabe com clareza quanto sobra por mês para pagar de prestação, poderá calcular o valor máximo do imóvel que poderá financiar.

Mas preste atenção: frequentemente, o pagamento de um financiamento para a aquisição de um imóvel obedece a um sistema de amortização que faz com que sua prestação tenha um valor decrescente. Nesse caso, a Calculadora do Cidadão não lhe mostrará um resultado preciso; apenas oferecerá a você uma ideia de como seria seu financiamento se tivesse prestações de valor fixo.





ESTUDO DE CASO – COMPRA DE CARRO

Vamos, agora, recorrer mais detalhadamente a um exemplo prático sobre a compra de um carro. As taxas de juros, os valores dos carros e outras condições de pagamento foram colhidos no mercado de automóveis, no segundo semestre de 2013 – ou seja, são dados reais.

Note que, no curso presencial, os cálculos relativos a todo o exemplo a seguir serão apresentados pelo facilitador, em sala de aula. Esses cálculos não estão exibidos neste caderno.

Três jovens, que chamaremos de Colega 1, Colega 2 e Colega 3, conquistaram o primeiro emprego logo após concluírem a faculdade de administração. Apesar de terem a mesma formação acadêmica, serem colegas de trabalho na mesma empresa e receberem exatamente o mesmo salário, cada um deles pensa e faz escolhas de forma diferente.

O Colega 1 é um jovem que gosta de aproveitar a vida e as oportunidades que lhe aparecem. É bem-humorado, otimista em relação ao futuro e ingênuo com suas finanças pessoais. Assim que recebeu seu primeiro salário, identificou o que julgou como uma boa oportunidade de já comprar um carro novo. Era um carro popular no valor de R\$ 25.177,00, financiado em 60 meses, a uma taxa de juros de 1,76% ao mês (que já embutia o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF). Além disso, a concessionária cobrou-lhe uma taxa por custos dos serviços financeiros, no valor de R\$ 251,77. O Colega 1 não queria nem saber se as taxas eram altas e quanto iria gastar com juros. Viu que a prestação cabia no seu bolso, ou seja, ele podia pagar a prestação do carro com seu salário mensal. Não teve dúvidas da sua maravilhosa decisão! No dia seguinte, chegou com o carro novo ao trabalho e mostrou-o para os Colegas 2 e 3, gabando-se da compra, pois sua prestação era “menos de R\$ 700,00 por mês” (R\$ 689,65 para ser exato). Agora, o Colega 1 já podia sair e passear com toda a liberdade, sem precisar mais esperar 40 minutos para pegar ônibus apertado, nem caminhar na chuva para ir ao supermercado. Havia, ainda, muitas outras vantagens...

Os Colegas 2 e 3 escutaram atentamente as vantagens que o Colega 1 expôs, mas, ainda que a liberdade propiciada pelo carro fosse uma maravilha, decidiram de modo diferente. Ambos resolveram manter o padrão de vida que tinham – pegar ônibus, andar a pé e tudo mais – e

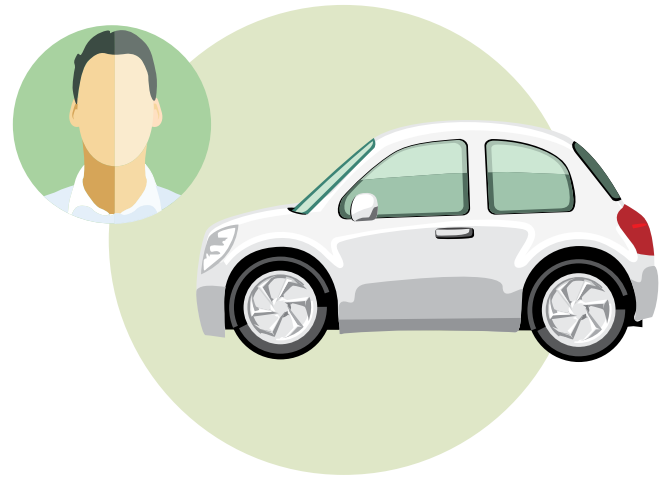


Figura 1 – Carro popular que o Colega 1 comprou.

combinaram que cada um dos dois aplicaria R\$ 689,65 todo mês na caderneta de poupança, que rendia 0,5% ao mês. Desse modo, cada vez que o Colega 1 desembolsava a prestação do financiamento do carro, eles depositavam o mesmo valor na poupança. E assim passaram-se os meses: o Colega 1 curtindo seu carro; os outros dois pacientemente seguindo com sua vida, como sempre fizeram, até que um dia...

No fim de 34 meses, os Colegas 2 e 3 notaram que a poupança já havia acumulado um bom valor. Como resultado do depósito de todo mês e do rendimento de juros em favor deles, cada um já tinha dinheiro suficiente para comprar seu próprio carro. O Colega 2 comprou um carro popular branco; o Colega 3 comprou um de cor preta. Nesse momento, o Colega 1 estava com seu carro popular já fora da garantia, com quase três anos de uso, e tinha ainda mais de dois anos de financiamento para pagar.

Conforme combinado 34 meses antes, os Colegas 2 e 3 continuaram poupando R\$ 689,65, uma vez que o Colega 1 ainda estava pagando seu financiamento. O Colega 2 percebeu que, com o dinheiro que poupava por mês, mais os juros que recebia pela aplicação, conseguiria trocar de carro ao final de um ano, pagando a diferença à vista. Ele sabia que, no primeiro ano, a depreciação do carro era mais alta, pois o preço do carro com um ano de uso era bem menor do que o de um carro zero quilômetro. Ainda assim, sempre teria seu carro na garantia e com cheirinho



de carro novo. O Colega 2 gostava muito de automóveis, do cheiro de carro novo e de estar sempre na cor da moda, assim decidiu trocar de carro todo ano, mudando a cor do carro segundo as tendências da estação primavera-verão daquele ano. O Colega 2 era uma pessoa divertida que gostava de passear de carro, ir até a casa de seus amigos e sair em sua cidade para dançar nos fins de semana.

O Colega 1 não entendia como o Colega 2, recebendo o mesmo salário, era capaz de trocar de carro todos os anos. Ele estava impressionado, mas nada podia fazer, pois ainda tinha que pagar as prestações do seu financiamento. Já o Colega 3 preferiu manter a poupança mensal e o carro que havia comprado, pois seu plano era melhorar o padrão de vida e não mais comprar no futuro carros populares; o que ele queria mesmo era um carro de maior porte para proporcionar mais conforto e segurança para sua futura família.

Finalmente, passaram-se os 60 meses e o Colega 1 pagou sua última prestação do carro. O Colega 2 já havia comprado três carros novos – o primeiro, em dinheiro, à vista; a partir do segundo, pagando cada um com seu carro anterior, com um ano de uso, mais uma parte da poupança acumulada. O Colega 3 mantinha seu carro, já com mais de dois anos de uso. Como o Colega 1 estava com um carro com cinco anos de uso, achou-se no direito de trocar de carro. Não tinha uma reserva, mas podia dar seu carro usado como parte do pagamento. Seria uma boa entrada para reduzir o valor das prestações. Não teve dúvidas: foi à concessionária e fechou o negócio. Comprou um carro popular novo, financiado novamente em 60 meses, à mesma taxa de juros de 1,76% ao mês, com a mesma taxa por custos dos serviços financeiros de R\$ 251,77 do seu primeiro carro. Na compra desse seu segundo carro, deu seu carro usado como entrada. Por causa da entrada, as prestações ficaram mais baixas do que as do primeiro financiamento: caíram para R\$ 315,60. O Colega 1 saiu da concessionária todo contente e foi mostrar aos outros dois colegas que novamente estava com um carro zero quilômetro.

Repetindo o que haviam feito antes, os Colegas 2 e 3 seguiram com suas poupanças, depositando todo mês o mesmo valor que o Colega 1 pagava pela prestação do carro. Como o Colega 1 passou a pagar menos de prestação – sua prestação passou a ser de R\$ 315,60 –, os Colegas 2 e 3 também passaram a depositar os mesmos R\$ 315,60 em suas aplicações.

Mesmo com a diminuição das aplicações mensais, o Colega 2 ainda conseguia manter seu estilo de vida de trocar de carro todos os anos. O Colega 3 permaneceu com seu carro popular por ainda mais 22 meses, até que seu carro completasse quatro anos de uso. No fim do 82º mês de nossa história, após 26 depósitos de R\$ 689,65 e 22 depósitos de R\$ 315,60, além do saldo que havia sobrado na poupança após a compra de seu primeiro carro, o Colega 3 conseguiu trocar seu carro. Comprou um segundo carro popular, igual ao que tinha comprado da primeira vez e ao que os Colegas 1 e 2 possuíam no momento. Pagou à vista, dando seu carro com quatro anos de uso como parte do pagamento. O que sobrou manteve aplicado na poupança e continuou a poupar todo mês R\$ 315,60.

Os anos se passaram, cada colega em sua rotina de trabalho, recebendo o mesmo salário e tendo os mesmos desembolsos. O Colega 1 pagava seu financiamento, enquanto os Colegas 2 e 3 pouparam todos os meses o mesmo valor que ele despendia com seu financiamento. O Colega 2 ainda trocava de carro popular a cada 12 meses e o Colega 3 sonhava com planos mais altos – um carro de categoria superior.

No fim do último mês de seu segundo financiamento, no 120º mês de nossa história, o Colega 1 pagou a última prestação, aliviado. Ele estava disposto a mudar de estilo de pagamento, a não mais fazer financiamento e, sim, poupar para comprar à vista, ficando com seu carro usado por mais tempo. Entretanto, estando seu carro com cinco anos de uso, o Colega 1 fez outro financiamento, nos mesmos moldes dos anteriores, agora para a compra de seu terceiro carro, idêntico aos anteriores. A verdade é que, no fundo, ele já estava conformado com seu padrão de vida. Até esse momento, o Colega 2, após a compra do seu primeiro carro, já havia comprado mais sete carros populares, à base de troca pelo seu seminovo, completando a diferença com os recursos poupados. Dez meses depois, no 130º mês deste estudo de caso, o Colega 3 por fim realizou seu sonho, comprando um carro de categoria superior: um compacto *premium*, no valor de R\$ 42.580,00. Pagou com seu carro popular com quatro anos de uso, mais uma parte de suas economias (compostas pelos depósitos realizados todos os meses, no valor de R\$ 315,60, mais o que havia sobrado de sua poupança após a compra de seu segundo carro). Após comprar seu compacto *premium*, o Colega 3 manteve aplicado o dinheiro que lhe restava.



Figura 2 – Carro compacto *premium* que o Colega 2 comprou.



Figura 3 – Carro *sedan* de médio porte que o Colega 3 comprou.

Os anos foram passando... Quinze anos de nossa história decorreram até que o Colega 1 quitou seu terceiro carro financiado, terminando sem dívidas, porém sem qualquer reserva acumulada.

O Colega 2 terminou com um carro com dois meses de uso e um pequeno saldo que restou em sua poupança após a compra de seu 13º carro, no fim do 178º mês de nossa história.

Por sua vez, o Colega 3 conseguiu subir ainda mais de categoria, comprando um *sedan* de médio porte, ao mesmo tempo que o Colega 2 comprou seu 13º carro popular. Os dois colegas seguiram poupando R\$ 315,60 por mais dois meses – até o fim do 15º ano desta história.

É interessante notar que, nesta história, os três colegas tinham o mesmo salário e desembolsaram exatamente a mesma quantia, mas cada um formou seu patrimônio de modo diferente. No fim dos 15 anos de nossa história, o Colega 1 tinha um carro popular com cinco anos de uso, no valor de R\$ 13.655,40, não tinha dívidas com financiamento de carro, nem qualquer reserva financeira.

O Colega 2 terminou o período sem nenhuma dívida, com um carro popular seminovo e, ainda, uma poupança de R\$ 1.167,34. Seu patrimônio totalizava R\$ 23.826,64.

O Colega 3 chegou ao fim do 15º ano sem nenhuma dívida, com um carro de médio porte com dois meses de uso e saldo de R\$ 635,94 na poupança. Seu patrimônio era de R\$ 53.521,28.

Em termos de trocas intertemporais e juros envolvidos nos três casos, podemos dizer que:

- o Colega 1 pagou prestações de financiamento durante todo o período, incluindo, assim, os juros, pois estava em uma posição devedora. Em compensação, pôde usufruir do carro desde que entrou no emprego, sem esperar nenhum mês após o primeiro salário;
- o Colega 2 pagou-se primeiro: poupou todo mês para usufruir depois. Inicialmente, teve que poupar por 34 meses para comprar seu primeiro carro. No entanto, depois que conseguiu superar essa barreira, passou a poupar durante 12 meses para trocar de carro novamente a cada ano. Ele estava disposto a pagar a diferença de valor nas sucessivas trocas, ou seja, a grande depreciação do carro zero quilômetro no primeiro ano;

O Colega 3 também se pagou primeiro: poupou todo mês para usufruir depois. Poupou os primeiros 34 meses para comprar um carro popular e esperou pacientemente mais 48 meses para trocá-lo por outro carro popular. Em seguida, poupou mais 48 meses até trocar seu carro popular por um compacto premium. Finalmente, mais 48 meses depois, adquiriu um carro de médio porte.

As escolhas de cada colega de trabalho exemplificam muito bem como a troca intertemporal e o poder dos juros no tempo fazem uma grande diferença no patrimônio de cada um.

CRÉDITO: VANTAGENS DE SEU USO

Está claro o grande poder dos juros no tempo. Está claro também que, quanto mais tempo você deixar um montante de dinheiro aplicado, mais juros receberá, não é mesmo? Agora, por que será que as pessoas usam tanto o crédito e gastam tanto com juros? Certamente, deve haver algumas razões para que isso aconteça. De fato, há algumas vantagens em usar o crédito. Vamos ver?

Uma primeira vantagem é **antecipar o consumo**. Você não precisa poupar por muitos meses até alcançar o valor total para comprar à vista, embora isso tenha um custo – no caso, os juros, o preço da impaciência. Muitas pessoas não têm o hábito de poupar ou não têm controle suficiente das suas contas para separar todos os meses uma quantia que será poupada para uma compra futura. Por isso, preferem comprar com um financiamento e receber todo mês o boleto ou o carnê para pagar. É como se preferissem ter alguém lhes controlando, ao cobrar as prestações da compra. Isso acontece quando se decide comprar um eletrodoméstico, um automóvel ou um celular, pagando-se pelo bem em prestações. Ao comprar hoje para pagar amanhã, o que se está fazendo é antecipar o consumo desses bens.

Outra grande vantagem do crédito é possibilitar condições para **investir em bens de capital**. Bens de capital são aqueles bens que se utilizam para produzir outros produtos ou serviços, como, por exemplo, uma máquina de costura para uma costureira, um fogão industrial para um cozinheiro. Isso significa que, mesmo não se tendo dinheiro para iniciar um negócio próprio, se pode usar o crédito para comprar uma máquina de costura, as ferramentas de pintura ou outro utensílio para produzir e ganhar o sustento.

É claro que é necessário saber muito bem o que e quanto se vai comprar para não ficar muito endividado. E é sempre mais aconselhável investir em um ramo de negócio que se conheça profundamente. Essa vantagem do crédito está muito associada à questão do empreendedorismo e, portanto, leva a uma lógica mais empresarial. Nesse caso, deve-se avaliar quanto se pagará de juros no financiamento em relação a quanto se receberá pelo produto do uso desses bens de capital.

O uso do crédito também pode ser vantajoso quando há a necessidade de **atender a alguma emergência** e



os recursos poupados não são suficientes para cobrir as despesas. Imagine que sua mãe ou seu filho tenha algum problema de saúde e tenha que fazer um tratamento que seu plano de saúde não cobre e é muito demorado de realizar pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Se não for tratado logo, o problema tenderá a piorar cada vez mais. Caso você não tenha uma reserva financeira para usar no tratamento, não terá como guardar dinheiro por vários meses até juntar o suficiente e começar o tratamento – pois, como todos sabem, a doença não espera. Assim, o crédito pode ser uma boa solução. Nesses casos, pode ser perfeitamente adequado tomar um empréstimo para atender a essa emergência e depois acertar suas contas.

O crédito serve também para **aproveitar oportunidades**. Por exemplo, você está interessado em comprar um terreno para construir uma casa. Fica sabendo que um conhecido está precisando vender um terreno em uma região muito boa da cidade. O preço que ele está pedindo pelo terreno está até um pouco mais baixo que a média do mercado, porque ele precisa vender logo para fazer dinheiro rapidamente. Ele não aceita nada em troca pelo terreno, nem aceita facilitar o pagamento em várias parcelas; tem que ser à vista. Você não tem o dinheiro suficiente para pagar à vista, mas sabe que essa é uma oportunidade muito boa e não aparece com frequência. Ao financiar o terreno ou mesmo tomar um empréstimo de uma instituição financeira, você pode complementar o valor que já tem guardado e, assim, pagar à vista ao seu conhecido. Depois, pagará seu empréstimo em prestações mensais, já com o terreno em seu nome.



CRÉDITO: DESVANTAGENS DE SEU USO

Por outro lado, o uso do crédito tem suas desvantagens. A primeira delas diz respeito aos **custos envolvidos na antecipação do consumo**. Os juros são o principal custo envolvido. Como foi comentado, na troca intertemporal, quando você usufrui no presente e paga depois, está em uma posição devedora, pagando juros. Além dos juros, ao usar o crédito, você pode também ter que pagar outros encargos financeiros, como seguros e impostos sobre a operação financeira.

Todos esses custos adicionais formarão o Custo Efetivo Total (CET). A instituição que está lhe emprestando dinheiro, ou seja, que está lhe “vendendo dinheiro a crédito”, tem o dever de lhe informar esse custo total. O CET é expresso em porcentagem, assim como os juros, e é sempre um pouco mais alto que os juros, pois inclui os demais custos além dos juros. O CET diz quanto, efetivamente, custa um empréstimo ou financiamento, incluindo não só os juros, mas também tarifas, impostos e outros encargos cobrados do cliente. A vantagem do CET é que ele permite comparar condições de pagamento de duas ou mais instituições financeiras para o mesmo empréstimo que se quiser fazer. O CET permite saber quem cobra menos pelo serviço de emprestar dinheiro. Dependendo do custo dos encargos cobrados por uma instituição financeira, mesmo cobrando uma taxa de juros menor, o Custo Efetivo Total do empréstimo ou financiamento que ela oferece pode acabar maior que o de outra instituição. Por isso, comparar as taxas de juros é fundamental, mas não é suficiente.

O CUSTO EFETIVO TOTAL (CET), SEMPRE EXPRESSO EM UM VALOR PERCENTUAL, PERMITE COMPARAR O CUSTO DE UM EMPRÉSTIMO OU FINANCIAMENTO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DIFERENTES. ALÉM DOS JUROS, INCLUI TARIFAS, IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS COBRADOS NA CONCESSÃO DO CRÉDITO.

Esteja atento para o fato de que, ao pesquisar diferentes instituições financeiras, você deve sempre comparar empréstimos ou financiamentos de condições iguais, ou seja, o mesmo valor do crédito e o mesmo número de prestações.

E lembre-se sempre de que, quando usa o crédito, você está em dívida, mesmo quando paga as prestações em dia. Se atrasar as prestações, estará em dívida e inadimplente. Assim, quando for pagar as prestações atrasadas, você terá que pagar não só o valor principal acrescido dos juros, mas poderão incidir multa e mais juros pelo atraso (esses juros pelo atraso são chamados juros de mora).

Outra desvantagem do uso do crédito é a **limitação do seu consumo no futuro**. Vamos recorrer a um exemplo para entender melhor essa desvantagem. Suponha que você tenha um salário líquido de R\$ 1.000,00 por mês e que pretenda comprar uma máquina de lavar roupas que custa R\$ 1.000,00 à vista ou 12 parcelas de R\$ 100,00 a prazo. Se optar por comprar parcelado, usando o crédito oferecido pela loja, isso significa que, nos próximos 12 meses, você não vai mais dispor de R\$ 1.000,00 para passar o mês. Terá apenas R\$ 900,00, pois já terá comprometido R\$ 100,00 por mês com as parcelas da lava-roupas.

Por ter usado o crédito hoje, você estará em dívida durante vários meses à frente, pois parte da sua renda terá que ser destinada ao pagamento das prestações e, conseqüentemente, sobrá menos dinheiro por mês para seu consumo. Há pessoas que têm o hábito de fazer várias compras a prazo, com três, seis, oito, 12 prestações. Quando se dão conta, em um mês terão que pagar vários boletos, carnês e outras prestações. O orçamento fica bem comprometido e, somando todas as despesas mensais, a situação fica bem apertada. Portanto, embora possa ser considerada uma vantagem do ponto de vista prático, a antecipação do consumo acaba sendo uma desvantagem do ponto de vista financeiro.

MUITO CUIDADO COM AS CONTAS MENTAIS: AO COMPRAR A PRAZO OU USAR OUTRA FORMA DE CRÉDITO PARA FINANCIAR SUAS COMPRAS, REGISTRE TUDO EM SEU ORÇAMENTO. NÃO SE DEIXE ILUDIR: VÁRIAS PRESTAÇÕES PEQUENAS ISOLADAMENTE TORNAM-SE UMA DÍVIDA GRANDE QUANDO SÃO SOMADAS.

Além de ficar com o orçamento comprometido com prestações de compras realizadas no passado, ao usar crédito para antecipar o consumo, você passa a ficar mais **vulnerável a qualquer imprevisto** que aconteça. Quando se tem que recorrer a um dinheiro extra de forma rápida, normalmente a taxa de juros é muito alta. É muito frequente ver pessoas recorrendo ao cheque especial que está disponível em sua conta bancária ou, ainda, usando o cartão de crédito, seja para comprar parcelado, seja para sacar dinheiro. Há até mesmo quem deixe de pagar a fatura integral do cartão de crédito, imaginando estar, assim, encontrando uma folga em seu orçamento – porém esquecendo-se de que, mais cedo ou mais tarde, essa fatura terá que ser integralmente paga e seu valor cresce dia após dia, a taxas de juros altíssimas.

Nesses casos, o risco de **entrar em um processo de endividamento excessivo** é muito grande. Formadas por taxas de juros entre as mais altas disponíveis, essas dívidas mais caras, se não forem logo pagas, continuarão a crescer, virarão uma bola de neve: seus valores aumentarão tanto que o devedor não mais conseguirá sair do vermelho. Terá que tomar medidas mais drásticas no seu padrão de consumo, cortando despesas que prejudicarão seu bem-estar. Além disso, talvez seja necessário conseguir uma renda extra para cobrir essas dívidas cada vez maiores e mais caras. De fato, o risco do endividamento excessivo é, sem dúvida, uma das maiores desvantagens do uso do crédito. Assim, toda vez que usar o crédito, esteja ciente desse risco.

Além dessas, outra desvantagem do uso do crédito é a **transferência de sua renda para terceiros**. Quando usa o

crédito para comprar algo, você tem um custo, que, como vimos, corresponde aos juros e outros encargos que você paga para a instituição financeira. Em outras palavras, é bom que esteja ciente de que parte de sua renda está sendo transferida a terceiros.

Retornando ao exemplo da máquina de lavar roupas, perceba que, se fosse comprada à vista, o preço total seria de R\$ 1.000,00. A prazo, o preço total seria de R\$ 1.200,00 (12 parcelas de R\$ 100,00). Veja que, para comprar a prazo, você teria que desembolsar R\$ 200,00 a mais pela mesma máquina de lavar roupas. Esta é mesmo uma desvantagem do uso do crédito: você estaria abrindo mão de parte do seu dinheiro, que poderia ser utilizada para comprar outros bens, como um liquidificador, uma batedeira, uma torradeira. Esse dinheiro que você poderia usar para consumir em seu benefício está sendo simplesmente transferido para terceiros (normalmente, uma instituição financeira), para pagar o custo do empréstimo que lhe foi feito.

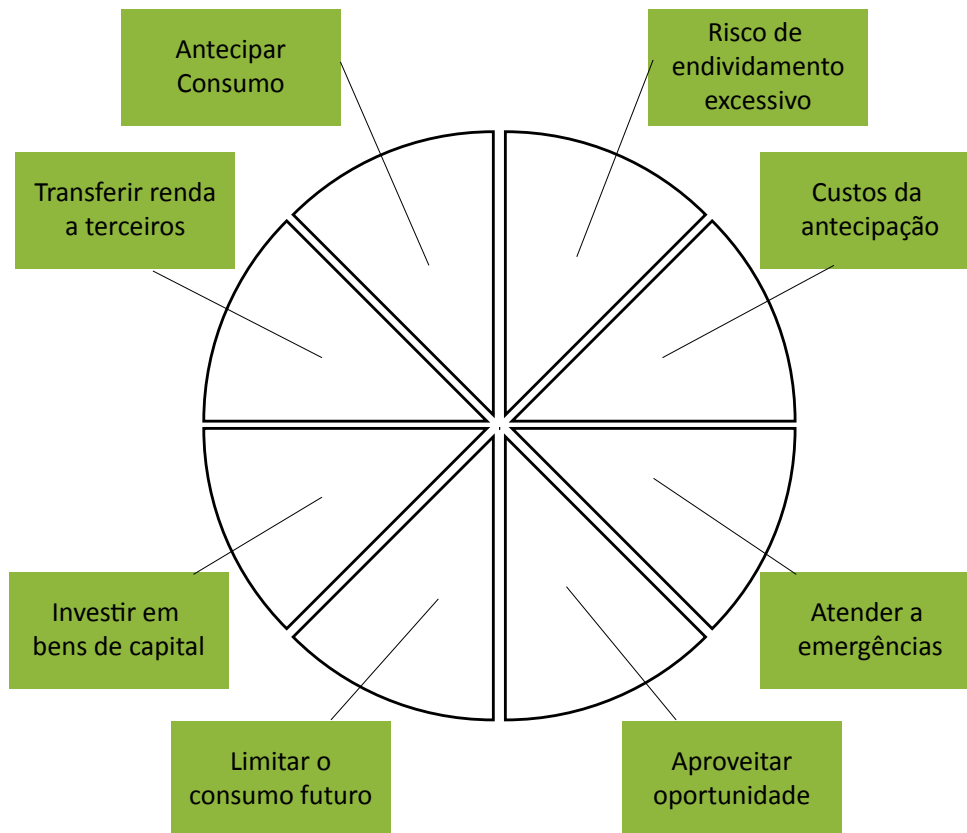
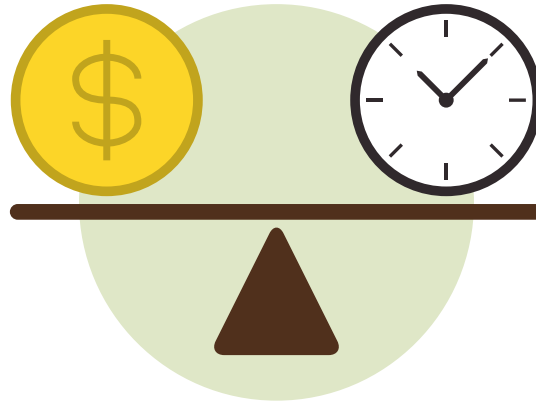
A diferença entre usar seus recursos para consumir em seu benefício e transferi-los para alguém (que não é você) está no tempo ou, como dissemos antes, na troca intertemporal. E o preço da pressa é os juros. Sabe qual seria uma alternativa para não transferir sua renda para alguém que não seja você próprio? Poupar todo mês e comprar à vista, lembrando-se ainda de que, fazendo assim, quem receberá os juros será você mesmo. Esses são os princípios básicos da troca intertemporal e da **escolha fundamental entre dois caminhos opostos: um é usufruir agora e pagar mais depois; o outro é poupar agora e usufruir mais depois** (juntando hoje para poder consumir mais amanhã).





EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO – VANTAGENS E DESVANTAGENS DO CRÉDITO

O gráfico de pizza a seguir está dividido em oito fatias, todas com elementos relacionados ao uso do crédito. Quatro fatias apresentam vantagens e quatro exibem desvantagens. Pinte com lápis ou caneta as fatias com as desvantagens de usar crédito.



DÍVIDAS: ORIGEM, CONSEQUÊNCIAS E COMO SAIR DELAS

De modo geral, dívida corresponde a tudo aquilo que você adquiriu ou usufruiu e pelo qual ainda não pagou. Isso é válido, inclusive, para a eletricidade da sua casa que você está usando para acender as luzes, manter a geladeira funcionando, ligar a televisão. Como a conta de energia ainda não chegou e, portanto, você ainda não pagou pelo que já consumiu, está em dívida com a concessionária de eletricidade.

Certamente, caso tenha dinheiro reservado para pagar a conta na data ou até antes de seu vencimento, essa dívida não é preocupante, nem haverá juros ou multa durante esse período até o vencimento da conta. Esse tipo de dívida como a conta de luz, que está dentro das despesas do mês, não é tão preocupante quando comparado a outras dívidas que contraímos, ainda mais considerando as desvantagens do uso do crédito, conforme comentado. Então, vem a pergunta: como as dívidas surgem?

A origem das dívidas

São muitos os motivos para o surgimento das dívidas. O primeiro é a **falta de planejamento e controle dos gastos sazonais**. Costumamos estar cientes das despesas mensais que temos regularmente, mas muitas vezes nos esquecemos de gastos sazonais, que são aqueles que não ocorrem todos os meses, mas sim pelo menos uma vez todos os anos (e normalmente na mesma época do ano). Os melhores exemplos de despesas sazonais são os gastos com os impostos sobre a propriedade e a renda, que podem ser o imposto municipal sobre a propriedade de imóveis (Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU), o imposto estadual sobre a propriedade de automóveis e motocicletas (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA) ou o imposto federal sobre a renda (Imposto de Renda da Pessoa Física – IRPF).

As matrículas e materiais escolares, que acontecem todo início de ano letivo, também são despesas sazonais. As despesas com veículos, como o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou Não (DPVAT), o licenciamento anual, o seguro do veículo, revisão e manutenção preventiva, são outros exemplos de despesas sazonais. As datas comemorativas também podem gerar despesas adicionais e acontecem em várias datas ao longo do ano, como, por exemplo, Dia

das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças, festas juninas, aniversários, Natal e Ano-Novo. Mas há outros vilões, além do descontrole no planejamento dos gastos.

Entre os fatores que dão origem às dívidas, destaca-se o **mito do crédito fácil**. A todo momento, somos bombardeados por ofertas de crédito pré-aprovado, com ou sem consulta aos órgãos de proteção ao crédito, como o Serasa, o Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) ou o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). A tentação é grande quando percebemos que podemos ter dinheiro na mão em poucos minutos – isso certamente estimula o endividamento de muitos consumidores.

Para aumentar as tentações, as instituições financeiras ainda aumentam os limites do cartão de crédito e do cheque especial, o que significa que ampliam o crédito disponível para usarmos “sem maiores dificuldades”. É uma verdadeira armadilha ao consumidor menos consciente, que se vê com o crédito facilitado e ampliado, para depois enfrentar o grave problema de ter que pagar pelo uso do dinheiro que não era dele. De fato, as instituições financeiras, buscando novas formas de atrair o consumidor para usar crédito, criam estratégias sedutoras para facilitar a venda e o uso de seus produtos: reduzem ou eliminam a anuidade do cartão, oferecem pontos para trocar por produtos, sorteios, vantagens, a fim de incentivar o uso do crédito.

Alguns consumidores, ainda, querendo dinheiro com urgência, recorrem à penhora de bens e depois nunca mais conseguem recuperá-los. Essa fantasia do “crédito fácil” alimenta a ilusão das pessoas quando querem o dinheiro, mas torna-se uma dura realidade quando elas têm que pagar de volta os empréstimos que contraíram. Infelizmente, essa é uma realidade que torna as pessoas bem endividadas...

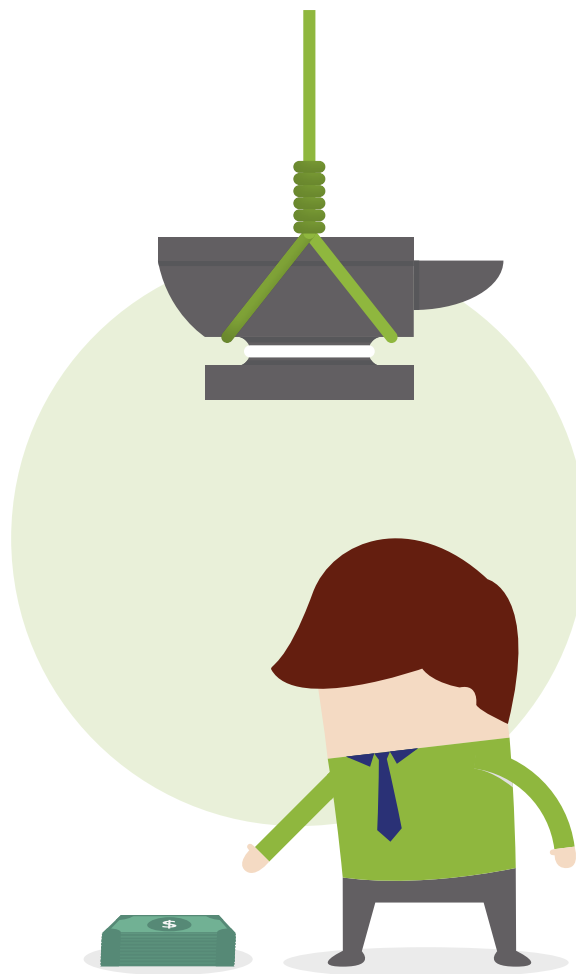
Vícios também podem levar qualquer pessoa à falência. Estar viciado em drogas, bebidas ou jogos de azar deixa a pessoa cega e descontrolada, sem limites de comportamento e, conseqüentemente, de suas despesas. Além disso, é comum o viciado ter problemas em se manter no emprego ou ganhar renda extra. Quem conhece ou tem contato com alguém viciado sabe das dificuldades para livrar-se do vício, o que certamente vem a ser motivo para a pessoa – ou mesmo toda a sua família – se endividar.

A **compra por impulso** pode ser também um motivo para gerar altas dívidas de consumo. Sem dúvida, muitas pessoas já fizeram uma compra por impulso e depois se arrependeram. Pode ser que tenham comprado um doce, um celular ou outro produto, motivadas por um desejo momentâneo ou influenciadas por alguém. Isso é normal e, se for um ato isolado, pouco prejudicial às finanças. O problema começa a se agravar quando as compras por impulso são muito frequentes ou quando os valores envolvidos são mais elevados. Comprar uma vez um doce que se destacou na vitrine tem um impacto nas finanças bem menor do que trocar por impulso o som ou as rodas do carro – que custam muito mais caro.

Cabe ao consumidor estar atento às influências externas exercidas sobre ele nos momentos de compra – seja no caso de uma compra pela internet, seja em uma compra presencial nos *shopping centers*, nos restaurantes, nos supermercados. Assim como devem estar atentas às influências externas, as pessoas precisam analisar seus próprios aspectos emocionais, suas carências, suas frustrações, para evitar compensações por meio de compras por impulso.

O **excesso de compras a prazo** desempenha um papel importante no processo de endividamento. Por conta do crédito facilitado pelo comércio e da falta de controle das próprias despesas, é frequente encontrarmos pessoas que rapidamente se veem com prestações de várias compras parceladas. Por exemplo, Jorge, que vinha endividado do ano anterior, aproveitou seu 13º salário para quitar suas dívidas. No entanto, não analisou por que elas se formaram. Jorge, então, começou o ano sem nenhuma dívida, mas também sem nenhuma reserva financeira, e repetiu o padrão de endividamento do ano passado. Vejamos alguns eventos que aconteceram com ele já neste ano novo:

1. pagou a viagem de férias de janeiro em seis vezes de R\$ 230,00;
2. em março, dividiu o valor do IPVA em quatro vezes de R\$ 80,00;
3. comprou uma televisão em abril, em dez vezes de R\$ 90,00;
4. em maio, comprou presente de Dia das Mães, em três vezes de R\$ 60,00;
5. em junho, comprou presente de Dia dos Namorados, em três vezes de R\$ 40,00.



Se Jorge tivesse anotado todas as suas prestações em um caderno, como exemplificado a seguir, certamente não teria feito tantas compras a prazo.



	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.
Férias	230,00	230,00	230,00	230,00	230,00	230,00
IPVA			80,00	80,00	80,00	80,00
TV				90,00	90,00	90,00
Mãe					60,00	60,00
Namorada						40,00
Total	230,00	230,00	310,00	400,00	460,00	500,00

Vemos que Jorge vai se endividando ao longo do ano, até chegar o mês de junho, quando ele tem que pagar R\$ 500,00 só de prestações. São compromissos que assumiu naquele mês, além de outros que já tinha assumido nos meses anteriores. Para alguém que recebe menos de dois salários-mínimos e tem despesas mensais regulares como telefone, transporte e alimentação, ter que pagar todas essas prestações não será fácil. Jorge é um sério candidato a ficar ainda mais endividado com outros empréstimos para cobrir as prestações dos gastos já feitos. Se contratar um empréstimo pessoal em uma instituição financeira, pagará juros adicionais. Se entrar no cheque especial, pagará ainda mais juros, pois a taxa de juros do cheque especial costuma ser bem alta. E aos juros ainda será somado o IOF, que passa a ser devido toda vez que se usa o cheque especial.

Muitas dívidas surgem também porque o indivíduo ou a família quer manter seu **padrão de vida acima do padrão de renda**, o que leva a um orçamento deficitário. Isso pode parecer claro para quem vê de fora, mas, para quem convive com um certo padrão de vida há muito tempo, é mais difícil perceber. A alta de preços pode exercer um aspecto relevante nesse tipo de endividamento. Mês a mês, pode acontecer de alguns preços irem subindo gradativamente. Vamos supor que os produtos cujos preços estão subindo juntos sejam produtos que a família consome regularmente, como, por exemplo, feijão, gás, material escolar, transporte e vestuário. A família vai se acostumando com os aumentos, se apertando dali ou daqui, porém pode chegar um momento em que a renda

familiar, juntando o salário de todos, não consiga mais acompanhar os aumentos dos preços, o que tornará o orçamento deficitário. Em outras palavras, a família estará gastando mais do que ganha.

Ter uma redução na renda e manter o mesmo padrão de despesas pode também deixar o orçamento deficitário. Se a pessoa não tem uma reserva financeira para arcar com os gastos, logo terá que pedir ajuda financeira a alguém, tomar um empréstimo ou mesmo acabará deixando de pagar algumas contas. Assim, uma dívida crescente pode surgir de forma muito rápida se não se reduzem as despesas quando se perde o emprego ou uma renda extra ou mesmo quando se tem uma redução no salário.

Desequilíbrios no orçamento resultantes de imprevistos podem levar às dívidas. Eles podem ser provocados por uma doença grave na família, com despesas médicas e necessidade de remédios emergenciais, ou ainda por ocasião de um divórcio. Enquanto casadas, duas pessoas juntavam suas rendas e compartilhavam as despesas, porém, morando em duas casas, duplicam-se muitos gastos, o que pode levar a grandes dificuldades financeiras, além das emocionais pelas quais se tem que passar.

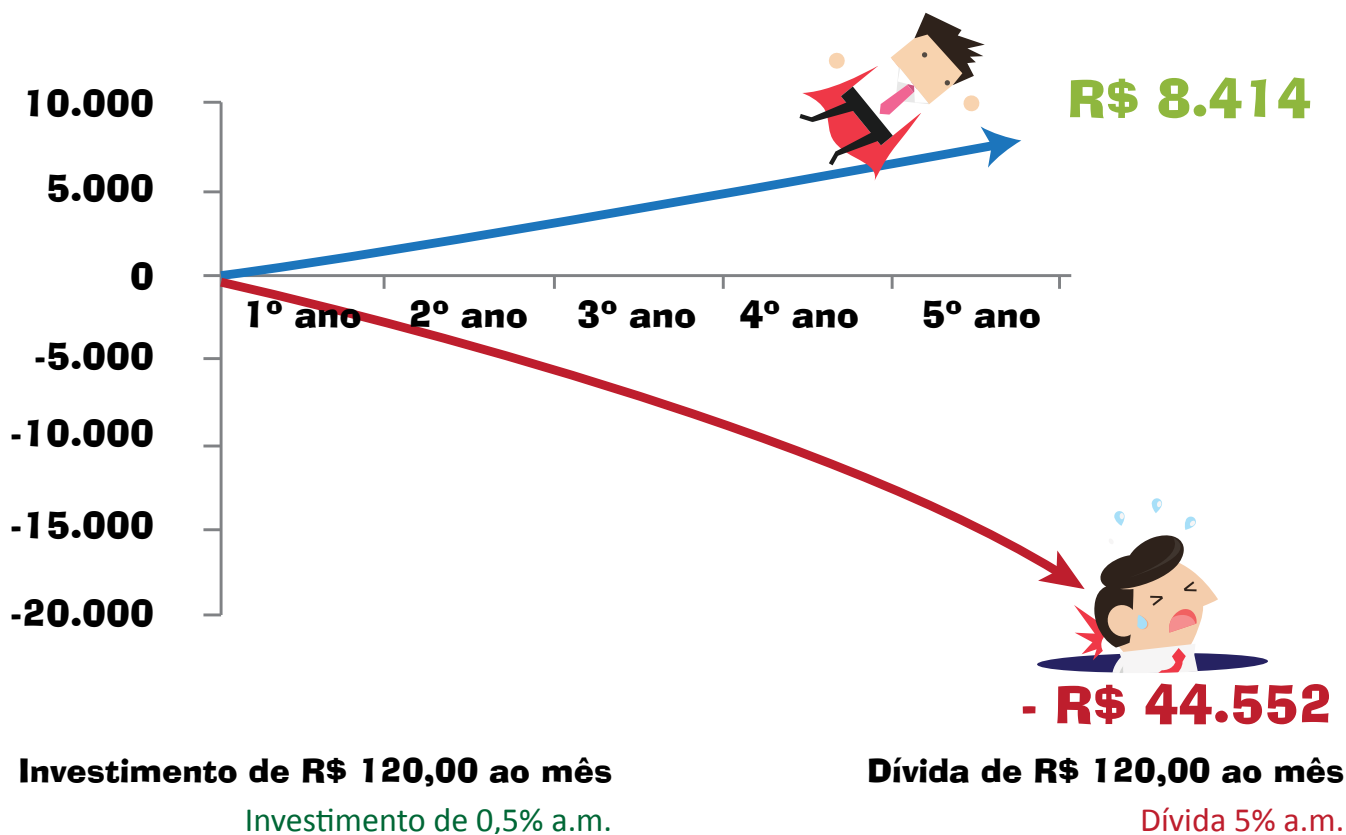
Gastar antecipadamente, contando com o dinheiro que ainda se vai receber, é também uma das principais causas do endividamento. O problema surge quando o dinheiro não chega na hora esperada e leva-se mais tempo para se receber o que se esperava. Como já se gastou por conta, não haverá de onde tirar dinheiro para pagar as obrigações

financeiras. O não pagamento das contas em dia vai gerar multas e juros, e, dependendo da taxa de juros, a dívida pode crescer ainda mais rapidamente.

Veja, a seguir, como a evolução da dívida acontece ao longo do tempo e compare-a com um investimento. Como a taxa de juros do investimento é sempre muito menor do que a taxa de juros de um empréstimo, a diferença entre o crescimento do investimento e o da dívida será enorme. Vamos usar, em nosso exemplo, taxas de juros de 0,5% ao mês para o investimento e 5% ao mês para a dívida. Essas são taxas bem realistas nos dias de hoje. Considere alguém poupando R\$ 120,00 todo mês ao longo de cinco

anos, em comparação com alguém que tome emprestados os mesmos R\$ 120,00 todo mês ao longo dos mesmos cinco anos.

Pela diferença das taxas de juros, temos que, no mesmo período de cinco anos, uma sequência de depósitos de R\$ 120,00 por mês, rendendo 0,5% ao mês, chegou a R\$ 8.414,00. Por outro lado, uma sequência de dívidas de R\$ 120,00 todo mês, pagando 5% de juros ao mês, chegou a R\$ 44.552,00! Esse é o poder dos juros no tempo, não é mesmo? Notou a diferença nas taxas de juros e como a taxa mais alta da dívida potencializou muito mais o poder dos juros no tempo?



As consequências das dívidas

Uma pessoa ou família que esteja com problemas de altas dívidas acaba se vendo diante de uma série de problemas adicionais, ocasionados pela situação financeira. Vamos agrupar as várias consequências em duas grandes categorias: as consequências financeiras propriamente ditas e as consequências morais.

As consequências financeiras podem variar desde a necessidade de um simples ajuste no orçamento por um curto período até a obrigatoriedade de um profundo ajuste nas despesas devido a um alto comprometimento da renda mensal com o pagamento da dívida (que engloba o principal e seus juros).

O período de recuperação de uma situação de endividamento varia muito, podendo levar até vários anos. Há casos em que o indivíduo acaba convivendo com as dívidas por décadas, até morrer. Durante todo esse período, a pessoa pode perder parte do patrimônio que conquistou ou dilapidar o patrimônio de sua família. Não raro, vemos casos de pais em condições abastadas que, quando falecem, deixam um bom patrimônio aos filhos, os quais, por descontrole financeiro ou por manterem um padrão de vida alto demais, criam dívidas que só conseguem pagar a partir da venda de imóveis e outros bens da família.

O pagamento de multas punitivas, de juros de mora e de outros encargos é uma típica consequência financeira de uma dívida mal administrada. Isso normalmente ocorre por falta de controle das despesas – seja dos valores envolvidos, seja das datas de vencimento. Podem, ainda, agravar as dívidas outras despesas, como honorários advocatícios e despesas processuais, para discutir as condições contratuais e financeiras que o próprio dono da dívida aceitou em algum momento do passado...

Além das consequências financeiras, as dívidas podem trazer consequências de natureza moral ou psicológica. A cobrança da dívida e as restrições cadastrais trazem embaraço, constrangimento e vergonha ao devedor. Pior ainda é quando iniciativas agressivas de cobrança são adotadas por parte do credor da dívida. Mesmo se tratando de procedimentos ilegais, é constrangedor e embaraçoso para o devedor ver-se em uma situação assim. Por exemplo, cobradores podem aparecer inesperadamente na residência ou no local de trabalho do

devedor. Fato é que, ilegais ou não, cobranças podem ser vexatórias, trazer muito desconforto ao endividado e criar um ambiente social embaraçoso.

Quanto às restrições cadastrais, elas rapidamente aparecem quando está detectada uma situação de não pagamento de prestações após certo período. Isso é o que popularmente se chama “estar com o nome sujo na praça”. O consumidor fica impedido de conseguir novos empréstimos ou financiamentos nas instituições financeiras ou nas lojas que financiam suas vendas. A informação de que o consumidor está com restrição cadastral normalmente é comunicada ao comércio ou às instituições financeiras por meio de uma base de dados que centraliza o registro de todas as operações de crédito que aquela pessoa tem em aberto. Mesmo depois de o indivíduo quitar a dívida e “limpar seu nome”, esse evento poderá ficar registrado em seu histórico cadastral – mesmo, nesse caso, o consumidor não estando mais impedido de contrair novas dívidas. Sem entrar no mérito da legalidade, essas práticas causam embaraço e desconforto para quem já sofre com as dívidas.

Não pagar impostos ou contribuições obrigatórias leva o cidadão a ter seu nome incluído na dívida ativa. É também uma forma de ter seu “nome sujo” – só que, nesse caso, não é na praça, comércio ou instituições financeiras, mas, sim, com o Estado.



Certamente, a redução do conforto e da qualidade de vida é uma das consequências psicológicas que mais podem afetar as pessoas. Depois de estar habituado com um padrão de vida, ser obrigado a reduzi-lo pode ser um grande motivo de descontentamento e frustração, levando até mesmo à baixa da autoestima e à depressão. Há pesquisas que apontam que até a libido sexual pode diminuir quando se está passando por sérias dificuldades financeiras.

Muitas separações de casais são motivadas por problemas envolvendo dinheiro. No início do casamento, acredita-se que o amor é capaz de superar qualquer dificuldade financeira, mas, quando ela realmente aparece, não são todos os casais que resistem. Jovens casais e mesmo casais mais maduros podem ser levados à desestruturação familiar por conta de problemas financeiros. Sem uma formação adequada de como administrar suas rendas e suas despesas, acabam planejando mal a forma de realizar seus gastos e seus objetivos de vida e, quando se dão conta, percebem que o sonho do casal se transformou em pesadelo. Além disso, com a separação surgem dificuldades adicionais para lidar com as despesas, que antes eram compartilhadas. Em alguns casos, os recém-separados têm que lidar com conflitos relacionados à partilha dos bens e à manutenção dos filhos, ou seja, as dívidas geram a separação e a separação gera ainda mais dívidas – uma situação que poderia ser evitada com um bom planejamento.

Como sair do endividamento

Estar endividado não precisa ser uma condição permanente. Sugerimos aqui alguns passos para sair definitivamente das dívidas.

O primeiro passo é **tomar consciência da situação**. Tomar consciência do endividamento significa admitir, sobretudo para si mesmo, que o conjunto de dívidas já está grande demais, talvez a ponto de comprometer sua saúde financeira. Pode parecer meio óbvio que uma pessoa endividada conheça suas dívidas, mas não é bem assim. Como vimos, todas as compras parceladas são dívidas, mesmo quando são pagas em dia. Estar com o orçamento neutro – ou seja, gastar tudo o que se ganha – e praticamente não ter uma reserva para imprevistos é estar em uma condição vulnerável para novas dívidas.

A PROPÓSITO, VOCÊ JÁ TEM UMA RESERVA PARA OS GASTOS SAZONAIS? É BOM ESTAR CONSCIENTE E PRECAVIDO PARA AS DATAS COMEMORATIVAS, OS IMPOSTOS SAZONAIS E OUTRAS DESPESAS PERFEITAMENTE PREVISÍVEIS, MAS QUE VOCÊ TALVEZ NÃO ESTEJA CONSIDERANDO EM SEU ORÇAMENTO.

O segundo passo é **mapear as próprias dívidas**. Isso implica listar cuidadosamente todas as dívidas já contraídas: deve-se registrar para quem se deve, quanto se deve no total, quanto se paga por mês, qual é a taxa de juros de cada dívida e por quanto tempo cada dívida terá que ser paga.





EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO – MAPA DA DÍVIDA

Vamos supor que você tenha comprado, na concessionária, um automóvel usado, totalmente financiado, com zero de entrada, por R\$ 14.000,00 e esteja pagando R\$ 402,52 por 48 meses, a uma taxa de 1,4% ao mês. Comprou também, em uma agência de viagens, um pacote de R\$ 800,00 para a praia, em seis parcelas de R\$ 138,99, a uma taxa de 1,2% ao mês. Pegou, ainda, com o banco em que recebe seu salário, um dinheiro no crédito consignado no valor de R\$

1.600,00 e está pagando R\$ 73,54 por 24 meses, a uma taxa de 0,8% ao mês. Finalmente, comprou, em uma loja de departamento, uma geladeira por R\$ 1.100,00 e está pagando dez prestações de R\$ 114,28 por mês, a uma taxa de 0,7% ao mês.

Complete o “quadro do mapa da dívida” a seguir, conforme o exemplo do automóvel já registrado na primeira linha:

ITEM	CREADOR	TAXA (A.M.)	NÚMERO DE PARCELAS	VALOR DAS PARCELAS	VALOR À VISTA	TOTAL A PRAZO	DIFERENÇA ENTRE VALOR À VISTA E A PRAZO
Automóvel	Concessionária	1,40%	48	402,52	14.000,00	19.320,96	5.320,96
TOTAL					17.500,00		

Note que o total a prazo do automóvel (R\$ 19.320,96) foi o resultado da multiplicação da quantidade de meses (48) pelo valor das parcelas (R\$ 402,52). A diferença entre o total a prazo (R\$ 19.320,96) e o valor à vista (R\$

14.000,00) se deu principalmente por causa dos juros e foi de R\$ 5.320,96. Essa diferença corresponde a quanto você pagou a mais para ter hoje algo que não tinha dinheiro para comprar.



ATIVIDADE

Utilize as compras parceladas do exercício de fixação anterior e faça alguns cálculos adicionais:

1. simule, na Calculadora do Cidadão (opção “Financiamento com prestações fixas”), os resultados de valor das parcelas, prazos, taxas e valor à vista;
2. aproveite para calcular a diferença entre o total a prazo e os valores à vista, para conferir quanto você pagou a mais por causa dos juros e dos outros custos financeiros;
3. some o valor de todas as parcelas das suas dívidas, para ter uma ideia de quanto terá que pagar por mês com todas essas compras.

Para sair das dívidas, não basta apenas listá-las. É muito importante, caso você se sinta confortável, compartilhar experiências com amigos, colegas de trabalho e pessoas de confiança. Com certeza, muitos deles também estão passando ou já passaram por isso. Eles são pessoas que podem trocar experiências e dar dicas interessantes para que você supere essa fase de endividamento.

Um passo muito importante para se livrar das dívidas e evitar adquirir outras no futuro pode ser **buscar ajuda profissional** com psicólogos, terapeutas, apoio psicossocial e consultores financeiros. Profissionais qualificados podem dar uma boa orientação para que se encontrem saídas de um modo mais efetivo. A leitura de livros especializados no assunto também contribui para identificar onde estão as falhas e as soluções para sair do endividamento.

O último passo – e, com certeza, o mais importante – é **partir para a ação**. Nesse caso, a primeira orientação é obviamente não fazer novas dívidas, evitando, assim, mais compras parceladas, empréstimos e financiamentos. É muito comum, pela força do hábito, mesmo com todo esclarecimento e consciência sobre suas dívidas, que o endividado passe em uma loja e abra mais um crediário.

Você reparou que, no exercício de fixação, cada compra parcelada tem uma taxa de juros diferente? Pois então, em termos de uso do crédito, é a taxa de juros que mais impacta o custo do dinheiro. Assim, estritamente do ponto de vista financeiro, se você tiver que priorizar o pagamento de duas dívidas de mesmo valor, uma com taxa de 0,7% ao mês com uma loja e outra com taxa de 1,2% ao mês com

outra loja, você pagará primeiro a dívida de maior taxa, ou seja, a de 1,2% ao mês.

No mundo real, entretanto, vários são os elementos presentes na decisão de priorizar o pagamento de uma dívida em detrimento de outra. É claro que o ideal é sempre pagar todas as dívidas em dia, só contratando uma dívida quando se tem certeza de que se poderá pagar integralmente por ela. No entanto, e se algo der errado, não for possível pagar todas as dívidas e houver mesmo a necessidade de priorizar o que pagar primeiro? Essa crucial decisão terá que ser sua! Cada caso é um caso e outros fatores, além dos estritamente financeiros, devem ser considerados. E se o não pagamento da dívida implicar a interrupção do fornecimento de um serviço que você considera essencial? Se a conta de luz ou de água estiver em atraso, por exemplo, será que importa aqui qual é a taxa de juros? Ou a necessidade de que os serviços continuem a ser fornecidos é o mais importante? E se o não pagamento de uma dívida vencida tiver implicações judiciais? A dor de cabeça e mesmo o custo da não regularização valem a pena? Essa decisão é mesmo sua! O importante é estar atento a todos os aspectos envolvidos em uma dívida, inclusive os aspectos financeiros, relacionados às condições de pagamento: taxa de juros, valor da prestação, número de prestações em atraso, número total de prestações a pagar. Se, após analisar todos os elementos envolvidos no não pagamento de todas as dívidas, você concluir que a decisão deve ser estritamente baseada nos aspectos financeiros, uma boa estratégia pode ser começar quitando as dívidas mais caras, ou seja, aquelas que têm taxas de juros mais altas.

Entre os fatores não estritamente financeiros que você deve considerar ao priorizar o pagamento de suas dívidas, é conveniente levar em conta os bens dados em garantia (ou seja, alienados) pelo financiamento. É o caso, por exemplo, de um automóvel ou de um imóvel, que permanecem alienados em favor de quem lhe concedeu o crédito até a quitação da dívida. Se não pagar o financiamento, você poderá até perder o bem que comprou.

Ao priorizar as dívidas a ser pagas, também é importante ficar atento às restrições cadastrais que podem decorrer do seu não pagamento: algumas dívidas em aberto levam seu nome a ficar sujo na praça; outras não.

AO PRIORIZAR O PAGAMENTO DE DÍVIDAS ATRASADAS, PESQUISE OS ENCARGOS FINANCEIROS ENVOLVIDOS, COMO MULTAS, TAXAS E IMPOSTOS. VOCÊ PODE SE SURPREENDER COM A QUANTIDADE DE OUTROS CUSTOS QUE APARECEM QUANDO SE ESTÁ ENDIVIDADO!

Mais um aspecto a se considerar no momento de priorizar quais dívidas pagar primeiro diz respeito aos possíveis ganhos na negociação com o credor. A depender da situação e das taxas que você contratou, poderá ter boas reduções das condições de pagamento, obtendo melhores taxas de juros e prazos.

Uma ação muito efetiva para reduzir o custo das dívidas é **substituir dívidas mais caras por dívidas com menores taxas de juros**. Isso é especialmente interessante no caso de dívidas com instituições financeiras. Você pode ir à instituição financeira em que tem suas dívidas e buscar um empréstimo com uma taxa de juros mais baixa, como 1,3% ao mês, por exemplo, para pagar uma ou mais dívidas mais caras, de 2,2%, 3,5% ou 8% ao mês. A estratégia aqui é obter um empréstimo com taxas de juros mais baixas do que as das dívidas que você já tem e substituir o conjunto de dívidas mais caras por uma dívida com juros mais baixos. Se preferir, você pode também recorrer a outra instituição financeira em busca de um crédito com melhores condições do que suas dívidas atuais. Lembre-se de sempre comparar cuidadosamente as condições de pagamento e avalie se vale a pena – mas que fique muito claro que, uma vez quitadas as dívidas mais caras, você não fará novas dívidas: ainda será preciso quitar o empréstimo que você tomou para quitar as dívidas que estavam lhe sufocando.

Normalmente, as dívidas com cheque especial (quando se tem saldo negativo na conta-corrente) e com cartão de crédito (cuja fatura não foi paga integralmente) são as mais altas. Os juros para essas modalidades de crédito costumam estar entre cerca de 7% ao mês e 12% ao mês. Pegar um empréstimo consignado, por exemplo, com uma taxa de juros que será muito mais baixa (não é rara a oferta de taxas inferiores a 2% ao mês), para pagar o



AO QUITAR DÍVIDAS COM O CARTÃO DE CRÉDITO, QUE TAL FICAR SEM USÁ-LO POR ALGUNS MESES, PARA NÃO CORRER O RISCO DE TER NOVAS DÍVIDAS COM ELE?

cheque especial e o cartão de crédito, pode ser uma ótima ideia. Você já viu o efeito das diferenças entre taxas de juros mais altas e mais baixas ao longo do tempo...

Não há qualquer dúvida de que, para sair das dívidas, uma ação que tem um enorme impacto é **reduzir os gastos**, aliviar o orçamento pessoal e familiar. Assim, para facilitar a priorização de sua redução, oferecemos uma classificação de gastos que pode ser muito útil. Basicamente, dividimos os gastos em três grandes grupos: os gastos necessários, os gastos supérfluos e os desperdícios.

Os gastos necessários são todos os gastos imprescindíveis. Estão intimamente ligados às necessidades básicas para nos mantermos em uma condição digna de vida. Por exemplo, gastos com alimentação, moradia, vestuário e educação são realmente necessários. Sem eles, teremos problemas em nos manter e nos desenvolver como seres humanos.

Note que as despesas necessárias são limitadas e podem ser atendidas das mais diversas maneiras. Podemos atender à necessidade de moradia tendo uma casa própria ou alugada. Podemos estar no centro da cidade ou na periferia. Podemos viver em um triplex de 550 m² à beira da praia ou em um apartamento de 40 m². Podemos ostentar

luxo ou manter a simplicidade. Atender às necessidades não é a parte mais sensível do grande desafio do equilíbrio financeiro. Em geral, as necessidades podem ser satisfeitas com escolhas bem-feitas e com alguma objetividade.

Entretanto, muitas vezes nós não nos satisfazemos apenas em atender às necessidades. Queremos algo mais. No exemplo da necessidade de moradia, ficou claro que podemos querer mais que um simples teto que nos abrigue. Para esses gastos que geram bem-estar e estão mais ligados aos desejos do que diretamente às necessidades, damos a classificação de gastos supérfluos.

Entendemos, aqui, os gastos supérfluos não como aqueles para adquirir algo que compramos e jogamos fora, mas, sim, como as despesas com o que gostamos de ter, mais do que atender às nossas necessidades de modo básico. Por exemplo, alimentar-se com comida saudável e nutritiva é necessário; comer em um restaurante badalado, da moda, é supérfluo. Manter-se informado e entretido é necessário; ter um plano de canais a cabo com 348 canais diferentes, no conforto de sua casa, é supérfluo.

Como os gastos supérfluos estão ligados aos desejos, eles são ilimitados: dependem da nossa imaginação criativa de querer coisas das mais diversas naturezas. Há quem queira cortar o cabelo todo mês para ficar sempre mais bonita, pintar as unhas semanalmente, comprar sapatos e bolsas que combinem e não precisem ser repetidos toda semana. Há quem queira comprar um carro mais possante, com acessórios esportivos, som potente, para impressionar os amigos e as potenciais candidatas a um passeio. Há quem queira comprar um vestidinho mais bonito para a filha ir à festa das amigas ou um par de tênis novos para o filho calçar no evento dos coleguinhas. Enfim, não há limites para os desejos e os gastos supérfluos.

O terceiro tipo de gasto refere-se aos desperdícios. Esses gastos são aqueles que não geram bem-estar, nem estão ligados às necessidades ou aos desejos. Podemos dizer que essa categoria de despesas trata do dinheiro “jogado no lixo”. Por exemplo, comprar algo e não usar, como alimentos deixados na geladeira até que se estraguem, sem que ninguém os coma. Fazer isso não atende a nenhuma necessidade ou desejo, nem gera qualquer bem-estar. São muitos gastos que se enquadram nessa categoria, como deixar as luzes do quarto acesas enquanto não há ninguém por lá, pagar multas por se esquecer de pagar uma conta mesmo tendo dinheiro

para isso ou, ainda, pagar a mensalidade do clube e não frequentar.

Classificar um gasto como desperdício não gera dúvidas, porém distinguir um gasto necessário de um supérfluo pode ser mais controverso e difícil. O que pode ser necessidade para um pode ser supérfluo para outro. Por exemplo, usar roupas de marca para um consultor de empresas que precisa estar bem apresentado perante seus clientes pode ser uma necessidade, mas, para muitos outros profissionais, a roupa de marca é mais um supérfluo em seus gastos. A classificação de um gasto como necessário ou supérfluo depende de cada indivíduo, de seu momento de vida, de suas circunstâncias sociais. Não há uma regra geral, aplicável a todos os seres humanos. Quem manda aqui é o bom senso.

O cuidado a ser tomado é evitar considerar necessário algo que seja de fato supérfluo para nós, só para nos convenceremos da importância de comprar esse objeto de desejo. Há quem já possua muitos pares de sapatos e queira ainda comprar mais um, porque teima em se enganar que é estritamente necessário. Nesse caso, seria mais adequado atribuir ao 36º par de sapatos a classificação de gasto supérfluo, pois gera satisfação, mas não é imprescindível. Em outras palavras, consegue-se viver muito bem sem ele, embora o desejo seja grande de poder comprá-lo.

Entendida bem essa classificação, podemos entender como reduzir os gastos com maior prioridade. Assim, vamos começar por uma regra infalível: eliminar por completo todo e qualquer desperdício. Não podemos aceitar ter qualquer desperdício, enquanto estamos passando por uma situação de endividamento. O ideal, a propósito, é evitar o desperdício sempre, em qualquer circunstância de nossa vida.

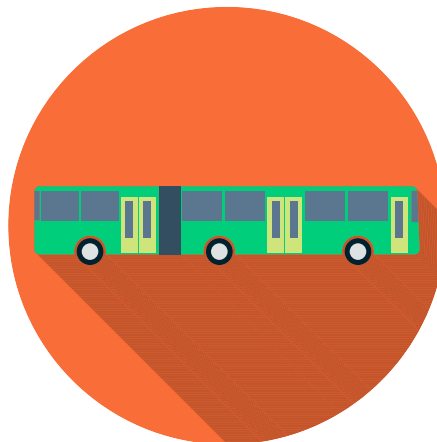
Quanto aos gastos supérfluos, esses precisarão, por um período, ser reduzidos ou até mesmo temporariamente eliminados. Por exemplo, aquela assinatura de TV a cabo pode ficar suspensa por seis meses até que se retome a situação financeira positiva ou, se a suspensão for muito dolorosa, o pacote pode ser reduzido para um número menor de canais. Outro exemplo: as geleias importadas e as frutas exóticas do café da manhã podem ser substituídas por uma geleia caseira e uma salada de frutas da estação. Não se perderá em nutrição, mas algumas despesas serão reduzidas.



ATIVIDADE

Já no caso dos gastos necessários, esses não podem ser cortados, mas podem, sim, ser substituídos por alternativas mais baratas, ou seja, os gastos necessários podem e devem ser otimizados. Vale, por exemplo, vender o carro de porte médio e comprar um carro popular, em bom estado, para usar durante esse período em que estiver com dívidas ou, então, vender o carro e pegar ônibus, metrô, trem ou um transporte solidário para ir trabalhar. O que não se pode é ficar sem transporte, que é uma necessidade básica. Se é ruim voltar a pegar ônibus, pior seria assistir passivamente às dívidas se transformarem em uma bola de neve, não é mesmo?

Lembre-se sempre de que, quanto maior for seu esforço para enxugar seus gastos – sejam eles desperdícios, supérfluos ou necessários –, mais rapidamente você sairá dessa situação de endividamento. A escolha é sua e só depende de você! Mas cuidado: depois de fazer essas reduções de gastos, todo dinheiro que sobrar deve ser usado para pagar as dívidas, antes de começar a poupar para realizar sonhos.



ATIVIDADE

Classifique, segundo seus padrões de consumo, os gastos como necessidades (N), supérfluos (S) ou desperdícios (D).

- () Moradia.
- () Multas em geral.
- () Aparelho de telefone celular de última geração.
- () Água jorrando em torneira aberta sem ser utilizada.
- () Transporte.
- () Jantares em restaurantes de luxo.
- () Alimentos comprados em excesso estragando na geladeira.
- () Roupas de marca.

Por fim, mais uma ação possível para sair das dívidas, além da redução de gastos e de todas as outras sugestões apresentadas neste módulo, é gerar renda extra, para, assim, sobrar mais dinheiro todo mês. Todos nós temos diversas capacidades a ser exploradas e aplicadas. Podemos gerar dinheiro extra com aulas particulares, serviços de consultoria, horas extras no trabalho, vendas em domicílio. Podemos, também, explorar nossos dons artísticos ou culinários, produzindo algum artesanato ou vendendo doces ou bolos.

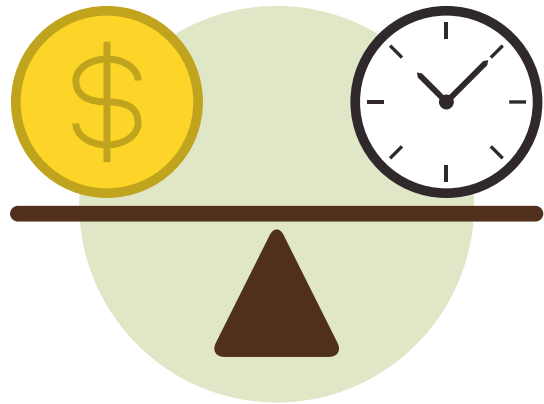
Vale a pena dedicar um tempo para refletir o que mais você pode fazer para ampliar sua renda. É bem possível que descubra que tem mais aptidões e qualidades do que pode imaginar.



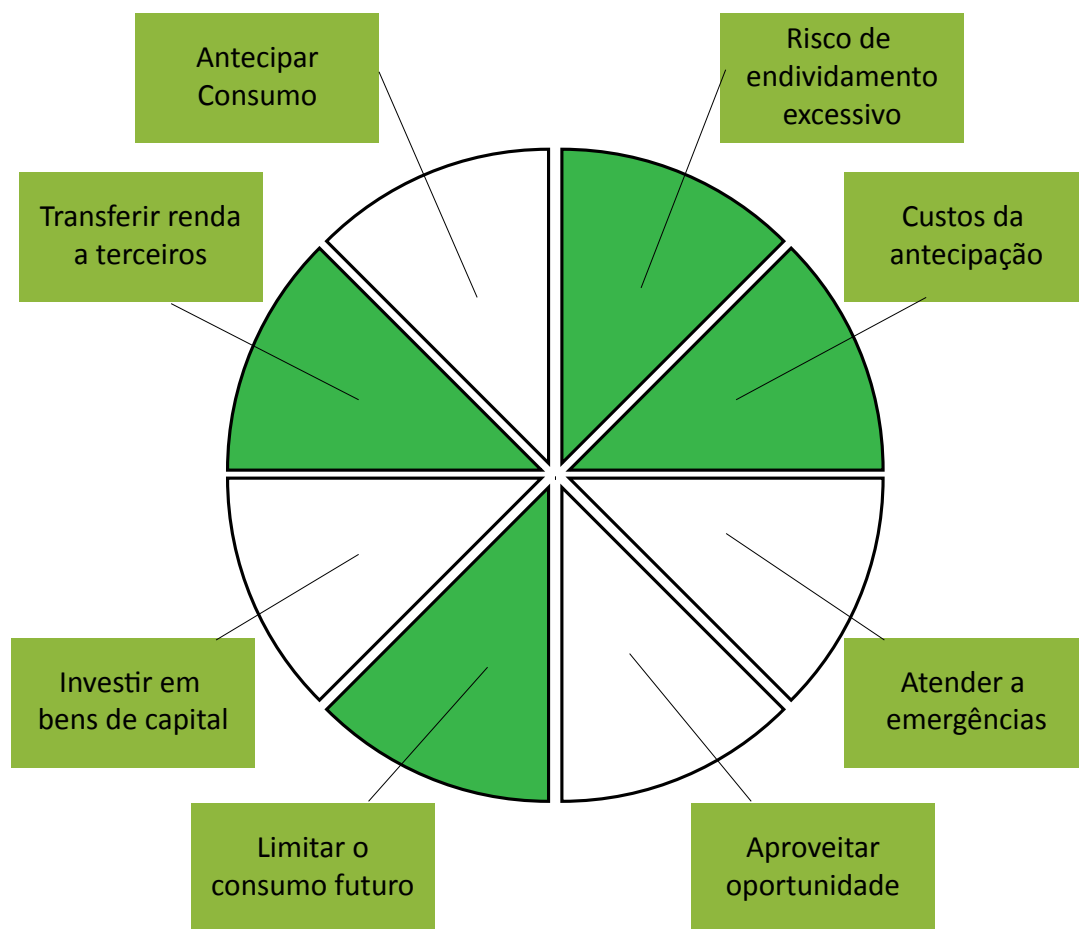
RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

Exercício de fixação – Pagar ou receber juros

- (P) Financiamento da casa própria.
- (R) Poupança programada para viajar nas férias.
- (P) Compra de uma televisão a prazo.
- (P) Empréstimo consignado para pagar cartão de crédito.
- (R) Depósitos mensais na caderneta de poupança.
- (R) Aplicação financeira em títulos de renda fixa.



Exercício de fixação – Vantagens e desvantagens do crédito





Exercício de fixação – Mapa da dívida

ITEM	CREDOR	TAXA (A.M.)	NÚMERO DE PARCELAS	VALOR DAS PARCELAS	VALOR À VISTA	TOTAL A PRAZO	DIFERENÇA ENTRE VALOR À VISTA E A PRAZO
Automóvel	Concessionária	1,40%	48	402,52	14.000,00	19.320,96	5.320,96
Viagem	Agência	1,20%	6	138,99	800,00	833,94	33,94
Crédito consignado	Banco	0,80%	24	73,54	1.600,00	1.764,96	164,96
Geladeira	Loja	0,70%	10	114,28	1.100,00	1.142,80	42,80
TOTAL					17.500,00	23.062,66	5.562,66

atividades de sala de aula

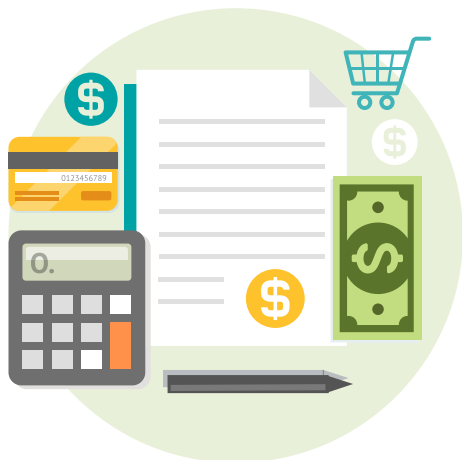
ATIVIDADE – CONSULTORIA FINANCEIRA

Nesta simulação, você será um consultor financeiro e aconselhará Pedro Rocha a decidir sua vida financeira.

Pedro é solteiro, tem 28 anos, possui mestrado em Economia, é servidor público e recebe um salário líquido de R\$ 5.000,00. Mora em um apartamento alugado de três quartos, localizado em _____, com telefone fixo, internet de 8 MB e TV por assinatura na sala, com ponto adicional no quarto. Ele utiliza o carro para ir ao trabalho, que fica em _____, e para visitar seus familiares, que moram em _____ (seu veículo consome 8 km/l de gasolina).

Pedro estuda Direito em uma faculdade particular e possui um celular pós-pago. Seus hábitos incluem refeições em restaurantes à la carte durante a semana e idas ao cinema duas vezes por semana (ele é cinéfilo). Além disso, frequenta bares e danceterias regularmente nos fins de semana.

Analise o orçamento mensal de Pedro Rocha e anote os conselhos que oferecerá a ele.



ORÇAMENTO PESSOAL	VALOR
Salário	R\$5.000,00
Total de Receitas	R\$5.000,00
Alimentação	R\$1.000,00
Habitação	R\$1.500,00
Saúde	R\$100,00
Transporte	R\$500,00
Educação	R\$1.300,00
Telefonia e comunicação	R\$400,00
Lazer	R\$650,00
Despesas pessoais (dívidas)	R\$900,00
Total de despesas	R\$6.350,00
Saldo	- R\$1.350,00

DÍVIDAS	CUSTO	PRESTAÇÃO
TV de tela grande de última geração	R\$5.000,00	R\$500,00
Ar Condicionado	R\$1.500,00	R\$150,00
Roupas	R\$300,00	R\$60,00
Sapatos	R\$300,00	R\$100,00
Show de Rock	R\$100,00	R\$20,00
Celular	R\$700,00	R\$70,00



exercícios de síntese

EXERCÍCIO 1 – RESUMINDO...

O uso do **crédito** é um tipo de troca **intertemporal** em que se usufrui agora e paga-se depois. Ao usar crédito, na forma de um **empréstimo** ou de um **financiamento**, contrai-se uma **dívida**, mesmo que se esteja pagando as **prestações** em dia. É importante ter o cuidado de não ficar endividado por muito tempo, pois o poder dos **juros** no tempo pode deixar qualquer um em dificuldade financeira. As dívidas podem surgir quando gastamos mais do que ganhamos, por descontrole com compras de **supérfluos**,

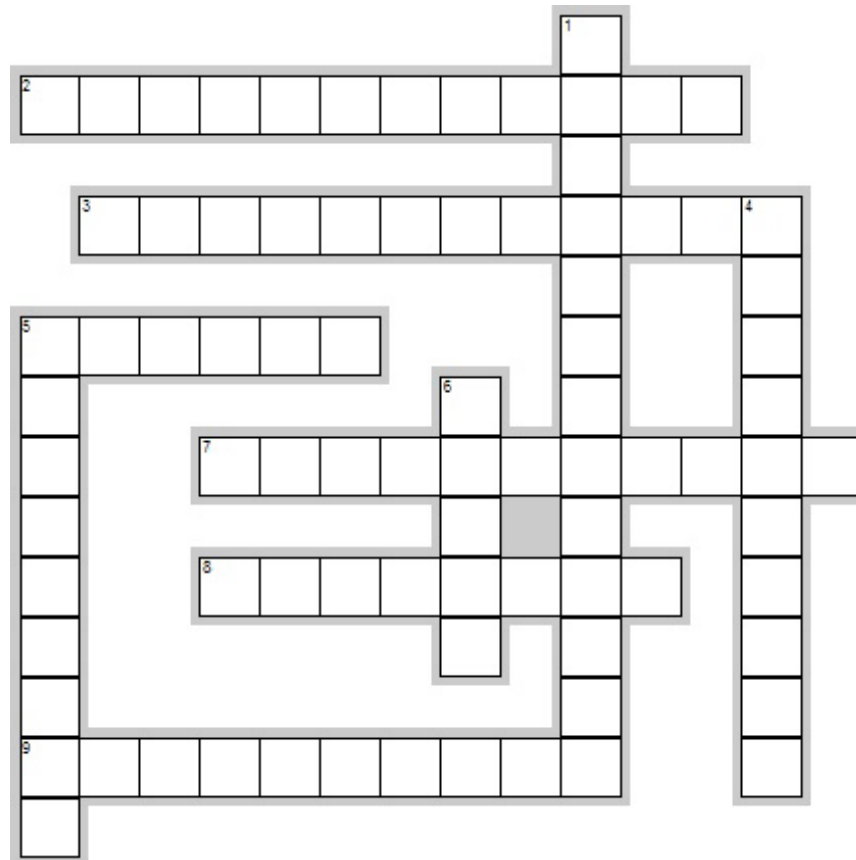
gastos com **desperdícios** ou excesso de compras a prazo. Existem **consequências** financeiras e morais por se estar no processo de **endividamento**, mas sempre é possível sair dessa situação, reduzindo os gastos, limitando-se temporariamente ao consumo das **necessidades** e aumentando as próprias rendas.

Encontre as palavras em **destaque** no quadro de letras a seguir:

Í	O	N	E	C	E	S	S	I	D	A	D	E	S	M	J	S	V	C	F
V	A	F	I	O	R	C	Í	R	T	O	L	O	I	S	V	U	M	N	Í
F	I	N	A	N	C	I	A	M	E	N	T	O	T	F	V	D	R	F	V
Í	V	A	D	E	I	N	S	S	E	M	P	R	É	S	T	I	M	O	C
P	I	V	C	I	C	T	L	T	L	T	Í	R	T	I	Í	V	S	N	S
M	R	I	P	V	M	E	A	I	D	Í	D	F	S	S	S	Í	D	L	R
P	D	F	R	L	S	R	V	T	D	I	V	T	E	E	É	R	O	N	L
S	L	C	E	L	U	T	É	I	R	C	L	L	É	É	F	Í	O	V	F
V	D	V	S	O	P	E	F	I	V	F	D	A	A	L	M	T	É	É	R
T	E	F	T	E	É	M	C	O	N	S	E	Q	U	Ê	N	C	I	A	S
S	S	E	A	C	R	P	C	C	É	O	A	O	A	E	R	Í	E	S	É
P	P	V	Ç	N	F	O	E	É	É	E	Í	E	M	V	M	T	A	O	O
P	E	E	Õ	P	L	R	É	E	S	V	E	A	I	D	N	D	N	L	M
D	R	V	E	A	U	A	I	C	Í	C	D	O	E	O	I	I	C	L	O
S	D	S	S	L	O	L	É	R	O	I	T	P	É	V	C	Í	O	É	É
R	Í	N	V	P	S	I	P	F	V	I	É	M	Í	N	C	Í	R	A	R
É	C	F	P	R	V	L	F	I	D	I	R	D	N	C	I	T	N	Í	T
V	I	L	N	O	I	N	D	É	N	P	Í	E	Í	P	D	T	D	É	Í
N	O	N	N	C	O	N	R	D	N	R	R	O	I	T	S	D	D	O	R
E	S	C	V	R	E	C	O	O	É	E	M	N	F	N	M	R	T	P	O



EXERCÍCIO 2 – CONCEITOS CRUZADOS



HORIZONTAL

- 2.** Gastos que não geram bem-estar.
- 3.** Gastos imprescindíveis.
- 5.** Condição gerada ao consumir e ainda não pagar.
- 7.** Instrumento utilizado para efetuar cálculos matemáticos.
- 8.** Pouparam e investem agora, recebendo juros, para consumir mais depois.
- 9.** Dinheiro que se toma emprestado para livre utilização.

VERTICAL

- 1.** Crédito específico para utilizar na compra de um determinado bem (veículo, imóvel).
- 4.** Gastos que geram bem-estar e estão mais ligados aos desejos.
- 5.** Usufruem agora e pagam mais depois.
- 6.** Valor que se recebe quando se empresta dinheiro ou que se paga quando se toma dinheiro emprestado.



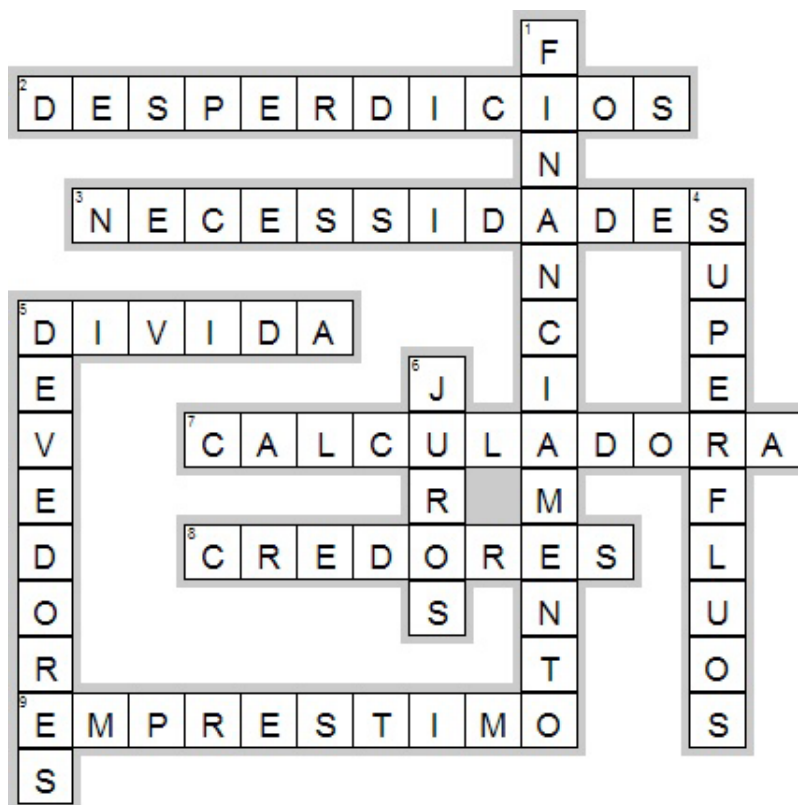
RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS DE SÍNTESE

Exercício 1 – Resumindo...

Í	O	N	E	C	E	S	S	I	D	A	D	E	S	M	J	S	V	C	F
V	A	F	I	O	R	C	Í	R	T	O	L	O	I	S	V	U	M	N	Í
F	I	N	A	N	C	I	A	M	E	N	T	O	T	F	V	D	R	F	V
Í	V	A	D	E	I	N	S	S	E	M	P	R	É	S	T	I	M	O	C
P	I	V	C	I	C	T	L	T	L	T	Í	R	T	I	Í	V	S	N	S
M	R	I	P	V	M	E	A	I	D	Í	D	F	S	S	S	Í	D	L	R
P	D	F	R	L	S	R	V	T	D	I	V	T	E	E	É	R	O	N	L
S	L	C	E	L	U	T	É	I	R	C	L	L	É	É	F	Í	O	V	F
V	D	V	S	O	P	E	F	I	V	F	D	A	A	L	M	T	É	É	R
T	E	F	T	E	É	M	C	O	N	S	E	Q	U	Ê	N	C	I	A	S
S	S	E	A	C	R	P	C	C	É	O	A	O	A	E	R	Í	E	S	É
P	P	V	Ç	N	F	O	E	É	É	E	Í	E	M	V	M	T	A	O	O
P	E	E	Õ	P	L	R	É	E	S	V	E	A	I	D	N	D	N	L	M
D	R	V	E	A	U	A	I	C	Í	C	D	O	E	O	I	I	C	L	O
S	D	S	S	L	O	L	É	R	O	I	T	P	É	V	C	Í	O	É	É
R	Í	N	V	P	S	I	P	F	V	I	É	M	Í	N	C	Í	R	A	R
É	C	F	P	R	V	L	F	I	D	I	R	D	N	C	I	T	N	Í	T
V	I	L	N	O	I	N	D	É	N	P	Í	E	Í	P	D	T	D	É	Í
N	O	N	N	C	O	N	R	D	N	R	R	O	I	T	S	D	D	O	R
E	S	C	V	R	E	C	O	O	É	E	M	N	F	N	M	R	T	P	O



Exercício 2 – Conceitos cruzados



HORIZONTAL

- 2. DESPERDÍCIOS:** gastos que não geram bem-estar.
- 3. NECESSIDADES:** gastos imprescindíveis.
- 5. DÍVIDA:** condição gerada ao consumir e ainda não pagar.
- 7. CALCULADORA:** instrumento utilizado para efetuar cálculos matemáticos.
- 8. CREDORES:** poupam e investem agora, recebendo juros, para consumir mais depois.
- 9. EMPRÉSTIMO:** dinheiro que se toma emprestado para livre utilização.

VERTICAL

- 1. FINANCIAMENTO:** crédito específico para utilizar na compra de um determinado bem (veículo, imóvel).
- 4. SUPÉRFLUOS:** gastos que geram bem-estar e estão mais ligados aos desejos.
- 5. DEVEDORES:** usufruem agora e pagam mais depois.
- 6. JUROS:** valor que se recebe quando se empresta dinheiro ou que se paga quando se toma dinheiro emprestado.



autoavaliação

Neste módulo, aprendi:

- () que se fica endividado ao comprar a prazo, mesmo quando os pagamentos são feitos em dia.
- () que a contratação de uma dívida é um tipo de troca intertemporal, em que se usufrui no presente e paga-se no futuro.
- () o poder dos juros ao longo do tempo.
- () que se podem pagar ou receber juros, dependendo de se estar em uma posição devedora ou credora.
- () a diferença entre juros simples e juros compostos.
- () a utilizar a Calculadora do Cidadão para depósitos regulares, valor futuro e financiamento com prestações fixas.
- () as vantagens e desvantagens de usar crédito.
- () como uma dívida surge e quais são suas consequências.
- () como sair de uma situação de endividamento.
- () a classificar os gastos como necessários, supérfluos e desperdícios.

Um projeto em parceria
entre o Banco Central do Brasil e o
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.



Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-92566-07-4



9 788592 566074